



**Universidade de Brasília**  
**Faculdade de Direito**  
**Curso de Graduação em Direito**

**JULIANA GONÇALVES VERAS**

**DIREITOS HUMANOS E FUTEBOL FEMININO: A (IN)VISIBILIDADE DAS  
MULHERES NAS QUATRO LINHAS**

**Brasília**  
**2019**



**Universidade de Brasília**  
**Faculdade de Direito**  
**Curso de Graduação em Direito**

**JULIANA GONÇALVES VERAS**

**DIREITOS HUMANOS E FUTEBOL FEMININO: A (IN)VISIBILIDADE DAS  
MULHERES NAS QUATRO LINHAS**

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em direito, elaborada sob a orientação do Raphael Thimotheo Gomes Lima.

**Brasília**

**2019**

**JULIANA GONÇALVES VERAS**

**DIREITOS HUMANOS E FUTEBOL FEMININO: A (IN)VISIBILIDADE DAS  
MULHERES NAS QUATRO LINHAS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em direito pela Faculdade de Direito na Universidade de Brasília.

---

Mestrando Raphael Thimotheo Gomes Lima  
(Orientador)

---

Prof<sup>ª</sup>. Ana Paula Villas Boas  
(Avaliadora)

---

Mônica Prado Passos  
(Avaliadora)

---

Camilla Monteiro Brasil Demenjour de Paula Borges  
(Suplente)

Brasília, 11 de julho de 2019.

Dedico este trabalho a todas às Sisleides (a Sissi), Delmas (a Pretinha), Miraildes (a Formiga), Rosanas, Cristianes (a Cris), Martas, Éricas, Bárbaras e Alines, referências do nosso futebol feminino, por terem ocupado os gramados e jogado contra o patriarcalismo que insiste em nos dizer que o campo não é nosso lugar. Por terem aberto as portas e permitido que meninas como Júlia Rosado e Natália Pereira sentissem no sonho de ser jogadora, a possibilidade de realizar.

## **Agradecimentos**

Escolher este tema para o meu trabalho de conclusão de curso resgata lembranças de todas as fases da minha vida. Desde quando na infância eu era a única menina jogando bola no meio de tantos meninos à uma vida acadêmica ligada à atlética (AAAFDUnB – Olímpia), instituição responsável por fomentar o esporte na Faculdade de Direito da UnB, onde fui (co) fundadora, diretora geral de esporte, presidenta e atleta das modalidades femininas de futsal, handebol e basquete, e ao projeto de extensão universitária Promotoras Legais Populares, formado somente por mulheres e que por meio do conhecimento bilateral entre comunidade e academia e de vivências diferenciadas, acolheram, (re)construíram e floresceram a minha caminhada até aqui.

Uma longa caminhada que se encerra em julho de 2019 na UnB, mas que há seis anos e meio se iniciava na UFMS, onde vivi brevemente, e na UFRJ, onde vivi desses anos, um ano e meio. Em todas elas tenho o esporte como meio de aproximação das minhas relações, além do espaço político construído através das bandeiras levantadas do Jogo Sem Machismo, Jogos sem Racismo e Jogos sem HomoLesboBiTransfobia.

Eu não só passei para a Universidade Pública, eu vivi essas Universidades. E, no fim das contas, são essas lembranças além da sala de aula que me moverão daqui em diante, inclusive, quando a saudade e o medo do novo caminho baterem.

Devo toda essa trajetória à pessoas com quem pude contar durante todo o percurso.

Em primeiro lugar, agradeço ao meus pais, Cristina e Veras, e ao meu irmão, Jefferson, por serem a base e me darem toda a assistência material e emocional que puderam. O que sou e para onde vou, devo em grande parte a vocês.

Ao meu orientador, Raphael Thimotheo, que compreendeu a temática como necessária e desde o início assumiu o papel de me orientar me estimulando, principalmente, a partir das minhas próprias experiências como mulher e como atleta. Sem você acreditando em mim como potência o processo de escrita seria mais dificultoso.

Agradeço à Juliana Lopes, amiga, companheira e inspiração acadêmica, por ter contribuído com ideias ou simplesmente, e talvez mais importante, com afeto e palavras de incentivo. Por ter sido força e amor onde me faltou, por ter acreditado em mim e não ter deixado desistir.

Agradecer à Carolina Freire, amiga, amor e companheira. Que com toda sua leveza me transmitiu paz e estímulo em momentos do processo e me fez olhar com mais carinho para o desenvolvimento da escrita.

Agradecer especialmente à Mariana Fernanda, amiga de longa data com que tive a honra e felicidade de contar mais uma vez. Que com muita compreensão e paciência me ouviu e me trouxe calma em momentos de angústia.

Agradeço à Camilla Brasil, Júlia Machado, Juliana Vieira, Mariana Barbosa, Mônica Prado e Regina Luisi, amigas dentro e fora de quadra que a graduação me deu, por terem sido abrigo e confiança em momentos de incertezas. A vocês um reconhecimento especial pela amizade e por terem construído espaços esportivos e políticos ao meu lado e serem minhas referências nesta trajetória.

Agradeço ao Gustavo Lima, Jade Christinne, João Victor, Luna Ariela, Nathália Ohofugi, amigos e amigas que a DPU proporcionou, que me incentivaram durante todo o processo e me cercaram de amor e confiança. Também estendo os agradecimentos à Alan Jorge, Nicolle Gonçalves e Norma Pettengill, amigo e amigas que o NUPAJ me deu, por terem me motivado e contribuído na elaboração deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer à Bruna Rangel, Giovanna Saroldi, Gisele Amaral e Lunara Rocha, por mesmo de longe, do Rio de Janeiro, torcerem pelo meu sucesso na caminhada. Aqui fica o sentimento de saudade da presença física, mas também de gratidão pelo afeto no percurso.

Agradecer à Gabriella Souza, Heloísa Adegas, Ingrid Borges, Nara Menezes e Rosa Maria por terem enviado mensagens de carinho durante a elaboração da monografia. Mulheres que me inspiram.

Por último, mas não menos importante, aos ambientes em que estagiei. Em especial, à Defensoria Pública da União, que contribuiu grandiosamente para o meu curso, tanto em aprendizado quanto em desenvolvimento crítico do que é, de fato, o curso de Direito e a quem serve. Por ter me dado o prazer de trabalhar com a Professora e Defensora Pública, Ana Paula Villas Bôas, defendendo o direito de trabalhadoras e trabalhadores.



*Desde pequena muito preconceito  
Aqueles papos "futebol não é pra mulher"  
Mas aprendi a dominar no peito, pôr no chão e  
responder com a bola no pé*

*Sempre com a molecada correndo na rua  
É ligeira monta o time e a panela é sua  
Não quer brincar de boneca nem pintar na escola  
Só quer saber de driblar, correr atrás de bola*

*Qual é, qual é?!  
'Futebol não é pra mulher'  
Eu vou mostrar pra você mané  
Joga a bola no meu pé  
(trecho da música de pagode "Jogadeira" de  
Cacau feat Gabi Kivitz produzido para a copa do  
mundo feminina de 2019)*



## **Resumo**

O presente trabalho pretende refletir sobre o futebol feminino no Brasil e como as relações de gênero se desenvolvem na modalidade. Como procedimento para análise foi realizada uma revisão bibliográfica que nos permitirá compreender a realidade do futebol feminino a partir da desigualdade de gênero que estrutura nossa sociedade, valendo-se do contexto histórico, das reflexões acerca da feminilidade hegemônica e a presença de mulheres em cargos de deliberação e as condições de trabalho das atletas, aqui as não profissionais. O objetivo é mostrar como a mulher que joga bola é vista socialmente, tendo que romper com padrões impostos dentro e fora de campo e como esse espaço não é concedido da mesma forma para mulheres e para homens. Além disso, procura reconhecer que a profissionalização do futebol feminino é necessária para garantias de direitos, mas que é preciso ser feita juntamente com uma mudança de ideias dentro das entidades responsáveis pelo futebol, aumentando o número de vozes femininas em espaços de deliberação, dando representatividade e visibilidade à modalidade.

**Palavras-chave:** futebol feminino; gênero; feminilidade; representatividade; profissionalização.

## **Abstract**

The present study regards women's soccer in Brazil and how gender relations develop within the sport. Based on a bibliographical analysis, the study will present the reality of women's soccer considering the gender inequality, the historical context, the reflections on hegemonic femininity, the presence of women in positions of deliberation and the working conditions of female athletes, mostly conceived as non-professionals. It is aimed to show how female soccer players are considered socially, facing gender conditions imposed in and out of the field, and how the sport is not equally granted for both women and men. As a result, the professionalization of women's football is presented as necessary to guarantee female players rights, but this professionalization must be accompanied by changes within soccer entities, enhancing women's participation and voice in deliberation spaces, giving representativeness and visibility to the modality.

**Keywords:** women's soccer; gender; femininity; representativeness; professionalization.

## **Lista de Siglas**

AAAFDUnB – Associação Atlética Acadêmica da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília

AMEA – Associação Metropolitana de Esportes Athleticos

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

CFB/88 – Constituição Federal do Brasil de 1988

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CND – Conselho Nacional de Desportos

CONMEBOL – Confederação Sul-Americana de Futebol

DPU – Defensoria Pública da União

FIFA - Federação Internacional de Futebol

FGV EPGE – Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas

NUPAJ – Núcleo de Pesquisa e Assistência Jurídica – DPU/UNB - Trabalhista

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB – Universidade Federal de Brasília

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1 – O contexto histórico brasileiro do futebol .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 – A origem do futebol no Brasil .....</b>	<b>12</b>
<i>1.1.1 O futebol masculino .....</i>	<i>12</i>
<i>1.1.2 Da origem elitista e racista .....</i>	<i>13</i>
<i>1.1.3 O futebol feminino .....</i>	<i>18</i>
<b>1.2 – A regulamentação do futebol feminino no Brasil .....</b>	<b>23</b>
<b>Capítulo 2 – A (in)visibilidade das mulheres no futebol brasileiro.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 – Questão de gênero no esporte: categoria analítica histórica.....</b>	<b>27</b>
<b>2.2 – Rompendo com a feminilidade hegemônica .....</b>	<b>30</b>
<i>2.2.1 O padrão estético .....</i>	<i>31</i>
<i>2.2.2 A masculinização dos corpos e sexualidade .....</i>	<i>34</i>
<i>2.2.3 A maternidade .....</i>	<i>35</i>
<b>2.3 – A presença das mulheres em espaços de lideranças .....</b>	<b>38</b>
<b>Capítulo 3 – Condições de trabalho e fomento à modalidade .....</b>	<b>43</b>
<b>3.1 – Mulheres no futebol – profissionais ou não profissionais? .....</b>	<b>44</b>
<b>3.2 – Ações para fomento do futebol feminino .....</b>	<b>48</b>
<i>3.2.1 Pressão das entidades .....</i>	<i>48</i>
<i>3.2.2 A copa do mundo de 2019 e a mídia .....</i>	<i>49</i>
<i>3.2.3 Bolsa Atleta .....</i>	<i>50</i>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>52</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>54</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>58</b>
<i>Anexo A - Capa da manchete do El País de 23/06/2019 em São Paulo .....</i>	<i>58</i>

## Introdução

O futebol é o esporte mais popular, sendo o mais praticado mundialmente. A indústria do futebol em 2017, por exemplo, conforme último relatório da FIFA, movimentou mais de R\$ 100 bilhões, sendo maior que o PIB de 95 países<sup>1</sup>. Ele desperta a paixão de todas as classes sociais. Não obstante, gera, para quem o pratica, gera a possibilidade de ascender socialmente.

A priori, olhando as cifras, sem fazer uma análise estrutural de onde vem e para onde vão os recursos, somando-se ao fascínio que esse esporte desperta socialmente, parece uma possibilidade direcionada a todos e a todas de modo igualitário. Entretanto, a história do nosso futebol está diretamente ligada à construção do nosso país de base patriarcal, elitista e racista.

Historicizar o futebol no Brasil é fundamental para compreender o fenômeno que envolve as distintas realidades nesta modalidade esportiva. Não tem como falarmos de futebol feminino sem entender como foi constituído esse esporte no Brasil ou sem como as mulheres foram inseridas nesse cenário.

A mulher a ser tratada aqui não é a mulher na condição biologizante e nem a que ocupa a categoria de feminilidade hegemônica, mas consciente de que este trabalho não esgotará a complexidade e a multiplicidade das distintas manifestações de gênero presentes na sociedade e no esporte. De modo que não o faço profundamente, por entender a especificidade, bem como a urgência e necessidade de foco no que tange, por exemplo, ao debate de transsexualidade no futebol.

Assim, a primeira parte deste trabalho está centrada em discorrer sobre o viés histórico do futebol no Brasil, buscando compreender, de maneira relacional, o porquê do ambiente do futebol ser reconhecido como a “casa dos homens”, para então tratar especificamente da temática da inserção das mulheres no futebol em um cenário de proibição e regulamentação.

A segunda parte do trabalho discorre sobre a representativa dessas mulheres. A opção de olhar a partir do conceito de gênero para o futebol se justifica por esse colocar em evidência os processos histórico-culturais que diferenciam ações e comportamentos dos homens e das mulheres, buscando romper com o padrão de feminilidade esperado por essas mulheres.

Por fim, após discorrer sobre o processo do olhar social sobre o futebol, pontuando as desigualdades presentes, o terceiro capítulo será central em discorrer quais as condições de

---

<sup>1</sup>CHADE, Jamil. Receita do Futebol supera R\$ 100 bi e esporte já é maior que PIB de 95 países. **Estadão Esporte**, 2018. Disponível em: <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,receita-do-futebol-supera-r-100-bi-e-esporte-ja-e-maior-que-pib-de-95-paises,70002340625>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

trabalho das jogadoras de futebol no Brasil a partir da divisão sexual do trabalho, e o que os entes responsáveis estão promovendo para desenvolver a modalidade do país.

## Capítulo 1 – O contexto histórico brasileiro do futebol

### *1.1 – A origem do futebol no Brasil*

Ainda que compreenda os riscos de assingelar a exposição, em pouco espaço, do contexto do futebol brasileiro, o intuito deste capítulo é de narrar sobre que bases esse esporte se apresentou desde suas origens. Apesar do propósito ser de apenas perpassar pelo futebol masculino, é importante sinalar que o futebol, enquanto esporte de massa, acaba sendo mais um campo onde as discriminações se revelam e conseguem narrar a trajetória no Brasil.

Sem dúvida, a história do futebol pode ser contada sobre várias perspectivas. Todavia é fundamental nos atentarmos ao seu caráter elitista, racista e machista, bem como de um discurso e planejamento feito por homens e para homens. O futebol era, no início, proibido a mulheres, negros e brancos pobres<sup>2</sup>, já que a prática esportiva pertencia a elite burguesa de raça e gênero bem delimitados.

Em seu processo de importação e desenvolvimento, o futebol já sofria influências de acontecimentos sociais, políticos e econômicos e, em vista disso, a construção de uma identidade nacional, pautada na experiência futebolística, está relacionada a um contexto que passa pelo mundo interno e externo ao gramado.

#### *1.1.1 O futebol masculino*

Antes de adentrar na exposição de ter sido importado de um modelo britânico elitista, masculino e branco, antes mesmo de Miller e Cox, conhecidos como os pais do futebol, trazerem e disseminarem o futebol regrado em território brasileiro, meninos pobres, negros escravizados e forros já reproduziam o que viam de marinheiros ingleses jogando nas proximidades do porto do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Outrossim, a prática do futebol já vinha sendo incentivada na educação física por padres maristas e jesuítas para jovens fluminenses e gaúchos, seguindo a linha da Igreja católica mundial que estimulou a prática de modo a universalizá-la.<sup>4</sup>

Sob esse prisma, a origem do futebol no país é diversa e multifacetada, mas o futebol masculino regrado chegou ao Brasil no início do século XX, primeiramente nas malas de Charles William Miller, nascido em São Paulo, filho de um escocês e de uma brasileira filha de

---

<sup>2</sup>MOSCA, Hugo. M. B. **Fatores Institucionais e Organizacionais que Afetam a Profissionalização da Gestão do Departamento de Clubes**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 56. 2006

<sup>3</sup>SILVA, Francisco. C. T. D. *Memória Social dos Esportes*. In: \_\_\_\_\_ **Futebol: uma paixão coletiva**. Rio de Janeiro: FAPERJ, v. 1, 2006. p. 27.

<sup>4</sup>Ibidem, p. 27-28

dois ingleses, ou seja, na linha familiar, Miller tinha sangue britânico. Ademais, sua educação foi feita na Europa a partir dos 9 anos, em 1884, na Inglaterra, e foi no colégio *Banister Court School* que teve contato maior com o futebol e desenvolveu suas habilidades, ficando por lá até 1894.<sup>5</sup>

Posteriormente com Oscar Alfredo Cox, carioca, que teve sua educação no colégio *La Chatelaine*, na Suíça, juntamente com Casemiro da Costa, conhecido como o “Costinha”, que foi o primeiro presidente da Liga Paulista de Futebol, e que ainda viveu na França e Inglaterra.<sup>6</sup> Não restando dúvida de que a prática esportiva do futebol pertencia a uma elite bem definida no Brasil tão quanto na Inglaterra, país considerado o berço do futebol.

*“O que Miller introduziria no Brasil seria o perfil competitivo do futebol, com suas regras, limitações e artimanhas, provável razão pela qual ele é considerado o pioneiro desse esporte no país.”*<sup>7</sup>. Contudo, a primeira década do futebol no Brasil contou com aficionados que jogavam por diversão, em ambientes além de simples, precarizados - campos de várzea, ausência de regramento oficial, praticantes não remunerados – uma imagem paradoxal, já que o monopólio do futebol pertencia à elite do país, o que nos concebe o tom de tratamento romantizado dessa classe pelo esporte, fazendo-o por amor (manutenção do amadorismo).

Em pouco tempo o futebol foi tomado pela popularização e profissionalização, mais especificamente a partir de 1920-1930, onde podemos observar uma subversão da função social desse esporte, saindo do domínio da elite para a incorporação e ocupação pelas mulheres brancas e mulheres e homens negros. Não foi um caminho fácil e sim tortuoso, havendo muita resistência a essas entradas no esporte, proibições, inclusive regulamentadas, de modo a obstaculizar o processo de massificação cultural.

### ***1.1.2 Da origem elitista e racista***

Ricardo Pinto dos Santos destaca que o fenômeno de elitização do futebol *“a partir da criação de entidades, ligas ou associações, que visavam representar a sua elite fundadora, sobretudo, em seus valores pessoais de distanciamento social, bem como destacar a*

---

<sup>5</sup>GUTERMAN, Marcos. O futebol explica o Brasil - Uma história de maior expressão popular do país. In: \_\_\_\_\_ **O sotaque britânico na economia e no futebol**. São Paulo: Contexto, v. 1, 2009. p. 15.

<sup>6</sup>Ibidem, p. 15-16.

<sup>7</sup>Ibidem, p. 18.



*superioridade de uma localidade sobre a outra, de um grupo sobre o outro e até mesmo de uma raça sobre a outra.”*<sup>8</sup>

Neste sentido, o cenário esportivo deve ser compreendido sobre a ótica dos valores sociais da época que ainda vivia sobre a herança de uma sociedade escravocrata, definindo a quem pertencia os espaços de poder e a quem servia, sempre ligadas aos anseios dos grupos jovens brancos das elites cariocas e paulistas, principalmente.

Vale ressaltar que a abolição da escravidão no Brasil se deu em 1888<sup>9</sup>, próximo ao início do futebol regado, em 1894. Nesse sentido, é importante mencionar que não houve qualquer política de emprego e educação à população negra quando o Estado formalmente concedeu a libertação, compelindo a negras e negros o lugar do trabalho precarizado: braçais e domésticos<sup>10</sup>.

Como exemplo estatutário dessa herança no futebol, o estatuto da AMEA, explicitamente, ratifica a discriminação social, mas acredita ocultar o racismo que estrutura as entidades à época. Só esquecem, talvez de maneira intencional, que classe e raça são conceitos “*umbilicalmente atrelados*”<sup>11</sup>, não muito diferente do que temos hoje, apenas tendo sido amenizadas pelas políticas públicas de inclusão ao longo dos anos.

*“Capítulo III – DA ADMISSÃO DE MEMBROS DA AMEA*

*Artigo 5º ITEM 10 – Indicar de seus atletas o número e o nome por extenso; a residência actual e a anterior; a profissão que actualmente exercem e a que exerciam precedentemente; o local em que a praticavam e o em que praticam; e bem assim o nome das pessoas só cuja direcção a exercitavam e exercitam.*

*Capítulo IX – DA INSERÇÃO DOS AMADORES SUAS FOMALIDADES E REQUISITOS*

*Art. 65 – não poderão, porém, ser inscriptos;*

*ITEM 2 – os que tirem os seus meios de subsistência de qualquer profissão braçal, considerando-se como tal a em que predomine o esforço physico;*

*ITEM 7 – os que não saibam ler ou escrever corretamente;*

*ITEM 9 – os que habitualmente não tenha profissão ou empregos certos”*<sup>12</sup>

<sup>8</sup>SANTOS, Ricardo P. D. Memória Social do Esporte. In: \_\_\_\_\_. **Uma breve história social do Esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ, v. 1, 2006. p. 36-37.

<sup>9</sup>A abolição da escravidão se deu com muita resistência e luta da população negra organizada em movimentos e que em grande parte não estavam mais em cativeiros, a princesa Isabel apenas cumpriu com a formalização de um cenário já insustentável, sendo o Brasil o último país da América a realizar o processo. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-veio-do-ceu-nem-das-maos-de-isabel-a-liberdade/>>. Acesso em: 01 Julho 2019

<sup>10</sup>SANTOS, Elisiane; LOPES, Ludmila.R.B. **Geledés Instituto da mulher negra**. Geledés Instituto da mulher negra, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-veio-do-ceu-nem-das-maos-de-isabel-a-liberdade/>>. Acesso em: 01 Julho 2019.

<sup>11</sup>SILVA, Carlos. Leonardo. B. D. Memória Social do Esporte. In: \_\_\_\_\_. **Sobre o Negro no Futebol Brasileiro, de Mário Filho**. Rio de Janeiro: FAPERJ, v. 1, 2006. p. 296.

<sup>12</sup>Trecho do Estatuto da Associação Metropolitana de Esportes Athleticos – AMEA., Rio de Janeiro, 1924.

Esta instituição criada e controlada pela classe burguesa, ao vedar a inscrição de analfabetos e profissionais de ocupação braçal, objetiva a manutenção do *status quo*, de subordinação de uma raça sobre a outra. Assim, relegou-se aos negros o espaço de submissão, em uma busca de ceifar a ocupação do espaço profissional do futebol para eles, de modo a impor a situação de exclusão social pela lógica racista.

O futebol masculino brasileiro, portanto, se desenvolve a partir dos conflitos de classe e raça, caminhando na contramão dos desejos dos jovens burgueses dos grandes clubes que aspiravam manter o amadorismo visando sustentar a segregação. O esporte que nasceu branco em clubes da aristocracia, passa a ter uma identidade popular, locomovendo-se do “*inglês*” Charles Muller ao negro Leônidas<sup>13</sup>, do *foot-ball* como uma prática social das classes médias e altas até se transformar num esporte popular.”<sup>14</sup> como nos traz Mário Filho, autor da literatura<sup>15</sup> mais famosa sobre negros no futebol.

O que interessa afirmar é que apesar dos incontáveis esforços em manter o futebol como prática esportiva das classes dominantes, a democratização e a profissionalização do futebol masculino brasileiro foram inevitáveis, tendo iniciado a partir de 1920-1930<sup>16</sup>, quando negros e brancos pobres passam a ter o futebol como oportunidade de ascender socialmente e financeiramente.<sup>17</sup> No dizer de Denaldo Alchorne, interpretando Mario Filho<sup>18</sup>, “*o negro que, primeiramente, apenas apreciava o “sport dos brancos”; depois, passou a praticar nos clubes de subúrbio e, por último, se tornou uma realidade irremediável à qual os “clubes dos brancos” tiveram que se curvar.*”<sup>19</sup>

Assim, é de extrema valia essa nova configuração social, dado que caminha no sentido de uma quebra de paradigmas, ainda que distante do ideal, sobretudo por razões raciais, de classe e, na perspectiva em voga, de gênero. Nesse contexto, na constância de uma relação que já nasce originalmente descompensada, é que o autor DaMatta, narrado por Alexandre

<sup>13</sup>Leônidas: conhecido como Diamante Negro do futebol brasileiro, um dos melhores centroavantes. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2013/09/historias-incriveis-o-mito-leonidas-diamante-da-bola-batiza-chocolate.html>>. Acesso em: 01 Julho 2019.

<sup>14</sup>Disponível em: <<https://jornalismoespecializadounesp.wordpress.com/2014/04/22/a-sociedade-nas-quatro-linhas/>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

<sup>15</sup> Obra “O negro no futebol”, publicada em 1947.

<sup>16</sup>GUTERMAN, Marcos. O futebol explica o Brasil - Uma história de maior expressão popular do país. In: \_\_\_\_\_ **A modernidade assusta: chega o profissionalismo**. São Paulo: Contexto, v. 1, 2009. p. 57.

<sup>17</sup>MOSCA, Hugo. M. B. **Fatores Institucionais e Organizacionais que Afetam a Profissionalização da Gestão do Departamento de Clubes**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 56. 2006.

<sup>18</sup>Jornalista revolucionou o futebol brasileiro na escrita e na prática. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Futebol/0,,MUL587551-9825,00>

HA+ANOS+NASCIA+MARIO+FILHO+O+CRIADOR+DAS+MULTIDOES.html>. Acesso em: 01 Julho 2019

<sup>19</sup>SOUZA, Denaldo. A. D. O Brasil entra em campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). In: \_\_\_\_\_ **Mário Filho e o Negro no Foot-ball**. São Paulo: Annablume, 2008. Cap. 8, p. 171.

Fernandes Vaz, propõe que o futebol tem um caráter positivo no que tange a sua experiência democrática e de construção de identidade, tendo nesse esporte um drama da justiça social, por considerar um fenômeno revolucionário.<sup>20</sup>

Nesta lógica, *“o futebol, diz DaMatta, constitui uma experiência na qual não contam os graus de parentesco ou amizade, mas a qualidade técnica; onde não há favorecimento individual pela condição financeira, mas chances para todos mostrarem suas habilidades. O futebol seria uma experiência na qual quando as regras são quebradas, facilmente se percebe, em que é possível interferir de forma direta, como é o caso da ação dos torcedores em uma partida”*.<sup>21</sup>

São visões bem pragmáticas e positivas acerca da experiência futebolística no Brasil, e a valer, carrega uma marca popular e vivência que somente dentro das quatro linhas as diferenças de raça, classe e gênero não parecem ficar tão aparentes. *“O futebol seria uma das raras oportunidades para a sociedade brasileira organizar-se coletivamente em torno de um objetivo comum, atuando de modo coordenado, em contraste com as representações políticas e econômicas tradicionais.”*<sup>22</sup>

Antes de avançar é necessário pontuar que o reconhecimento – para além de uma visão romantizada de que o futebol trouxe o fim da discriminação racial quando os negros entraram no futebol – não veio com a popularização do futebol, ele, na verdade, trouxe várias demonstrações de racismo ao longo das partidas. Na vitória tínhamos a exaltação de todos os jogadores e um orgulho nacional, mas na derrota se vê a busca pelos culpados de ter frustrado a nação. *“O futebol expressa nitidamente o sentimento de identidade nacional forjada sob a batuta autoritária”*<sup>23</sup>.

O exemplo disto se deu na derrota da seleção brasileira na copa de 1950 para o Uruguai, *“três pretos foram escolhidos como bodes expiatórios: Barbosa, Juvenal e Bigode”*<sup>24</sup> e, mais recentemente, na copa de 2018, quando Fernandinho e Gabriel Jesus foram alvos de ofensas racistas nas redes sociais após eliminação do Brasil para Bélgica<sup>25</sup>.

<sup>20</sup>PRONI, M.; LUCENA, R. ESPORTE história e sociedade. In: VAZ, A. F. DaMatta: **o futebol como drama e mitologia**. São Paulo: Autores Associados, 2002. p. 140.

<sup>21</sup>Ibidem, p. 141.

<sup>22</sup>Ibidem, p. 145..

<sup>23</sup>Franco Júnior, 2007, p.85 (apud Disponível em: <<https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/o-racismo-e-participacao-do-negro-no-esporte/>>).

<sup>24</sup>Rodrigues Filho, 1964, p. 336 (apud SANTOS, N.; CAPRARO, A. M.; LISE, R. S. Racismo e a derrota que não foi esquecida: uma análise dos discursos de Mário Filho e da imprensa escrita acerca da final da Copa do Mundo de 1950. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 04, p. 191-208, Outubro/Dezembro 2010).

<sup>25</sup>ESPN. ESPN, 2018. Disponível em: <[https://www.espn.com.br/futebol/artigo/\\_id/4513564/brasil-na-copa-fernandinho-e-gabriel-jesus-sao-alvo-de-xingamentos-racistas-nas-redes-sociais-apos-eliminacao](https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/4513564/brasil-na-copa-fernandinho-e-gabriel-jesus-sao-alvo-de-xingamentos-racistas-nas-redes-sociais-apos-eliminacao)>. Acesso em: 06 Junho 2019.

Não é possível desassociarmos o fenômeno que é o futebol de um olhar social mais profundo e secular, compreendendo sobre que bases o futebol cresceu, ganhou as massas e se desenvolveu no Brasil. Sua história está intrinsecamente ligada a disputa de espaço, poder, identidade e, principalmente, visibilidade e oportunidade.

É nesse contexto de massificação e profissionalização que o futebol se materializa como meio de atletas ascenderem socialmente na ausência do acesso a uma boa educação. A modalidade é vista como um dos meios de mobilidade social ascendente<sup>26</sup>, em um país com poucas formas de ascensão e de desigualdade notória entre negros e brancos.

Em consonância, muitas histórias de jogadores se repetem desde então, sendo oriundos das classes mais baixas e negros. A seleção brasileira masculina da copa do mundo de 2018, a partir de uma percepção visual, por exemplo, no que diz respeito à sua composição racial, 13 dos 23 jogadores são negros, todos em posição de destaque e salários elevados<sup>27</sup>. É um dado, inclusive, que contraria a perspectiva do que é esperado para jovens negros no Brasil.

A maioria desses 23 jogadores saíram da periferia dos seus estados, em bairros com alto índice de criminalidade e infraestrutura precária. São filhos de trabalhadores mal remunerados e com escolaridade abaixo do índice médio brasileiro, o que demonstra que, para esses jogadores, o futebol profissional foi o caminho para mudar o contexto<sup>28</sup>.

Ainda assim, compreender esse reducionismo, não deve nos levar a uma construção romântica do futebol, sendo imprescindível colocar que esses jogadores são exceção, pois 82% dos profissionais no Brasil ganham menos de R\$ 1.000 por mês<sup>29</sup>.

Mesmo no mundo do futebol, onde a presença de jogadores negros é constante e alta, diferente de outros setores sociais, não significa necessariamente, que a inserção do negro o realocou na sociedade. Precisamos reconhecer que contar a trajetória do futebol, representa, também, discorrer sobre a nossa sociedade, assumindo que o mercado de trabalho é definido por questões raciais, classe e gênero. E o futebol é um mercado em disputa.

Desse modo, não se sustenta que a trajetória de um jogador profissional no Brasil seja acessível e estável. Mas, a partir de uma análise histórica e social, é possível assegurar que o

---

<sup>26</sup>**Mobilidade social ascendente:** quando o indivíduo pode ascender socialmente dentro dessa dinâmica de posições e deslocamentos sociais. Disponível em: <<https://www.cafecomsociologia.com/conceito-e-tipos-de-mobilidade-social/>>.

<sup>27</sup>LOZETTI, Alexandre; MACIEL, Edgar; COSTA, Felipe. GLOBO Esporte. **globoesporte.com**, 2018. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/lista-fechada-tite-anuncia-os-23-convocados-para-a-copa-do-mundo.ghtml>>. Acesso em: 01 Julho 2019

<sup>28</sup>DIOVANAZ, Daniel; DALLABRIDA, Poliana. BRASIL de Fato. **Brasil de Fato**, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/22/raizes-na-periferia-um-raio-x-da-origem-social-dos-convocados-para-a-copa-2018/>>. Acesso em: 01 Julho 2019.

<sup>29</sup>Ibidem.

sonho de ser um jogador e melhorar suas condições socioeconômicas, para além do amor pela modalidade, é palpável de realização, não só pelo contexto de profissionalização, mas porque se atingido, há garantias de valorização, que conta com infraestrutura, bons salários e visibilidade.

As décadas de 1920-1930, portanto, marcaram o momento do reconhecimento oficial da profissionalização do futebol masculino no Brasil. Foi nesse período que ganhou maior expressão e deixou de ser apenas lazer, permitindo que jogadores pudessem ganhar a vida através do futebol.

### 1.1.3 O futebol feminino

Conhecidas as referências do futebol masculino, passo a demonstrar brevemente a enunciação do contexto histórico do futebol feminino no Brasil. Se de um lado o cenário do futebol masculino, conforme mencionado, era de profissionalização, no feminino surgiam os primeiros registros da saída das mulheres das arquibancadas para os gramados e a busca por regulamentação para a categoria.

Daí a importância de se entender que além “*dos códigos hierárquicos raciais, a imagem da nação construída pelo futebol brasileiro também tem por base os códigos de gênero e de sexualidade*”<sup>30</sup>. Sendo o campo de futebol símbolo de apropriação e resistência das classes historicamente dominadas e considerado como um campo político.

Os primeiros passos das mulheres no futebol brasileiro, que até então não foram mencionados neste trabalho, estão ligados, principalmente, ao contexto de proibição do futebol feminino que durou 42 anos (1941-1983), e que inclusive impossibilita o acesso a muitos dados históricos de nascimento e crescimento da modalidade. A nós, durante anos, foi dado o lugar de espectadora e de clandestinidade. Ganhar a vida jogando bola era utopia, que somente a resistência e trabalho de Formiga<sup>31</sup> podem mudar a visão e o caminho para muitas mulheres.

O esporte é tido como espaço público, de maneira geral, produzido e narrado como exclusivo para homens e o futebol – principalmente o futebol – não foge dessa regra. E se o esporte caminha junto com a sociedade, o futebol feminino já começou em desvantagens em

<sup>30</sup>SOUZA, Marcos. A. D. **Gênero e Raça: A Nação Construída pelo futebol brasileiro**. Universidade de Brasília. Brasília, p. 135. 1996

<sup>31</sup>Aos 41 anos **Formiga** tem no currículo 7 Copas do Mundo (1995, 1999, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019). Disponível em: < <https://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo-feminina/noticia/aos-41-anos-formiga-bate-recorde-e-diz-que-ainda-sente-frio-na-barriga-em-sua-setima-copa.ghml>>. Acesso em: 01 Julho 2019.

relação ao futebol masculino, sendo perceptível que a narrativa da história das mulheres em campo acompanha em muito a evolução de como são vistas na própria sociedade.

Há narrativas que ratificam “*a identificação nacional do futebol como ‘locus’ masculino*”. Da Matta sugere que futebol e política são assuntos que não são de conhecimento das mulheres<sup>32</sup>; Luiz Felipe B. N. Flores menciona que futebol é esporte de homem, opinião abraçada por Arno Vorgel; já Simoni Lahud Guedes vai mais além, transfere a responsabilidade para as mulheres. Diz que a falta de prática do futebol, a partir do desinteresse delas, faz com que não se entenda sobre a modalidade, assumindo que se não entende, não tem como gostar.<sup>33</sup>

De modo geral, não houve aceitabilidade social e institucional com a entrada das mulheres no futebol como resultado da popularização da modalidade no Brasil.<sup>34</sup>

Dessa forma, ainda que a presença de mulheres nos estádios fosse constante, sua aparição era relacionada em manchetes e colunas de jornais aos homens, os “*sportsman*”. Estes são jovens burgueses praticantes da modalidade que passava a imagem do que era belo à época, tanto em termos estéticos (branco) quanto em comportamento (educação europeia). Segue trecho de publicação em uma coluna na revista Sport Ilustrado<sup>35</sup>, em 1921:

*“É muito melhor e mais bonito apresentar-se em campo um team de rapazes decentes que, embora não saibam jogar, porém que têm educação esportiva e representação no meio social, aos que têm apresentados mal educados e estúpidos no modo de jogar, sem exceção de dois ou três elementos em cada team. Para as nossas torcedoras de certo vai ser motivo de muita satisfação. E que a coisa vai mudar de figura. E que agora elas irão torcer e aplaudir amável por teams compostos de elementos novos e conhecidos que saberão agradecer e retribuir as palmas que elas lhe batem.”*<sup>36</sup>

Eram mulheres da elite que iam torcer enquanto eles jogavam, conforme escreveu o cronista Coelho Neto. Foram suas reações de torcer as luvas em momentos decisivos dos jogos que fez nascer umas das perspectivas de origem do termo “torcida”.<sup>37</sup> Interessante pontuar que hoje as mulheres, enquanto torcedoras, representam minorias nos estádios<sup>38</sup>, sendo este um espaço institucionalizado como de cultura masculina.

<sup>32</sup>PRONI, M.; LUCENA, R. ESPORTE história e sociedade. In: VAZ, A. F. DaMatta: **o futebol como drama e mitologia**. São Paulo: Autores Associados, 2002. p. 27.

<sup>33</sup>SOUZA, Marcos. A. D. **Gênero e Raça: A Nação Construída pelo futebol brasileiro**. Universidade de Brasília. Brasília, p. 136. 1996

<sup>34</sup>FRANZINI, F. Futebol é "coisa para macho"? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, Julho/Dezembro 2005. ISSN 1806-9347.

<sup>35</sup>Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sport-illustrado/182664>>. Acessado em 07 Junho 2019.

<sup>36</sup>Apud Santos, 2009, p. 189 (apud TELLES, Gabriella, 2017).

<sup>37</sup>Disponível em <<http://www.fluminense.com.br/noticia/tricolor-realiza-acao-especial-para-dia-internacional-da-mulher>>. Acesso em 11 Junho 2019.

<sup>38</sup>DURÃO, Mariana. O GLOBO. **Globo Esportes**, 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/pesquisa-mostra-que-no-pais-do-futebol-80-das-mulheres-torcem-para-algum-time-2998020>>. Acesso em: 02 Julho 2019.

*“A relação tolerada das mulheres com o futebol funcionava assim como metáfora de sua posição na sociedade brasileira da época, já que nesta seu papel não era muito diferente de ficar nos reservados da assistência, vendo os homens ‘construírem a nação’”.*<sup>39</sup> Durante anos o desejo era que continuássemos ali, na arquibancada, sob a sombra dessa cultura.

É fundamental mencionar, de início, antes de retornar a linha temporal do futebol feminino, que a ideia de *“natureza feminina”* usada para embasar a proibição do futebol feminino no Brasil é socioculturalmente construída e, por isso, na medida de avanços jurídicos, políticos e sociais, factíveis de desconstruções e reconstruções.

Os primeiros registros de partidas realizadas por mulheres são datados de 1920 no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Norte, mas nada que nos lembrasse o profissionalismo que já vinha acontecendo no futebol masculino. Eram jogos não ligados a clubes ou ligas, em movimentos vindo da periferia<sup>40</sup>, onde os jornais da época tinham sessões destinadas, mesmo que de maneira tímida, a falar dessas partidas. Tão grande era a expansão da prática, que a visibilidade ia gerando vendas de produtos e debates sobre os papéis de gênero nos veículos de comunicação.

Foi então que em 1940 o cenário começa a mudar. Acompanhamos a visibilidade do futebol feminino elevar, mas, ao mesmo tempo, gerando farto incômodo nos movimentos conservadores que pleiteavam pela não regulamentação e profissionalização. Tais argumentos eram carregados de moralismo e biologizantes, afastando mulheres do espaço público e requisitando a permanência em um espaço social privado, no qual exercem papéis específicos.<sup>41</sup>

Os incômodos ao conservadorismo se transformaram em uma carta de um cidadão chamado José Fuzeira direcionada ao Presidente da República à época, Getúlio Vargas:

*“Refiro-me, Snr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar esse esporte violento sem afetar seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que a dispôs a ser mãe ...*

*Ao que dizem os jornais, no Rio já estão formados nada menos de dez quadros femininos. Em S. Paulo e Belo Horizonte também já estão constituindo-se outros. E, neste crescendo, dentro de um ano é provável que, em todo o Brasil, estejam organizados uns 200 clubes femininos de futebol, ou seja: 200 núcleos destruidores da saúde de 2.200 futuras mães, que, além do mais, ficarão presas de uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes; pois, desde que já se chegou à insensatez inqualificável de organizar-se pugnas de futebol com um grupo de cegos a correrem, às tontas, atrás de uma bola cintada de guizos,*

<sup>39</sup>FRANZINI, F. Futebol é "coisa para macho"? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, Julho/Dezembro 2005. ISSN 1806-9347.

<sup>40</sup>TARRISSE, Ana. GLOBO Esporte. **globoesporte.com**, 2019. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/>>. Acesso em: 02 Julho 2019.

<sup>41</sup>Ibidem.

*não será de admirar que o movimento feminino a que nos estamos reportando seja o ponto de partida para, no decorrer do tempo, as filhas de Eva se exibirem também em assaltos de luta livre e em justas da "nobre arte", cuja nobreza consiste em dois contendores se esmurraarem até ficarem babando sangue".<sup>42</sup>*

Tamanho alarde fez com que a carta fosse encaminhada ao Ministério da Educação e Saúde, que, por sua vez, direcionou a médicos especialistas, recebendo parecer favorável:

*"O gesto do Snr. José Fuzeira, determinando o debate sobre uma questão que poderia ter conseqüências nocivas para a saúde de grande número de moças, é digno de todos os louvores.*

*Efetivamente, o movimento que se esboçou nesta Capital para a formação de vários quadros femininos de futebol, e que tomou corpo com o apoio que alguns jornais cariocas deram, é desses que merecem a reprovação das pessoas sensatas, já pelo espetáculo ridículo que representa a prática do "association" pelas mulheres, como também pelas razões de ordem fisiológica, que desaconselham sumariamente um gênero de atividade física tão violento, incompatível mesmo com as possibilidades do organismo feminino ...*

*Existe hoje uma interminável bibliografia sobre assuntos referentes à educação física e desportos, sendo todos os autores unânimes em profligar o jogo do "velho esporte bretão" pelas mulheres, por acarretar traumatismos que podem afetar departamentos do organismo feminino especialmente delicados e de importância vital".<sup>43</sup>*

Por tudo isso, o debate sobre profissionalismo e amadorismo do Desporto no Brasil se aflora em 1941, trazendo a temática dos esportes femininos para a CND, instituição criada pelo governo para regulamentar os esportes no Brasil. É certo que o propósito não era de expandir a modalidade e trazer melhorias. Logo, como consequência prática desse processo, marcamos em nosso passado recente a primeira proibição do futebol feminino por meio do decreto lei nº 3.199 de abril de 1941 assinado por Getúlio Vargas na ditadura do Estado Novo, sendo considerada prática inapropriadas às mulheres.<sup>44</sup> Dizia o artigo 54:

*"às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país".<sup>45</sup>*

<sup>42</sup>Carta de José Fuzeira ao Ilmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getulio Vargas (grifos do original). Rio de Janeiro, 25.04.1940. Arquivo Gustavo Capanema — CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (RJ): GC 36.04.22/g — Filme 42 — mf. 0117 (apud FRANZINI, 2005)

<sup>43</sup>"Parecer da Sub-divisão de Medicina Especializada a Despacho do Exmo. Snr. Presidente da República", assinado por Paulo Frederico de Figueirêdo Araújo. Rio de Janeiro, 17.05.1940. Arquivo Gustavo Capanema — CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (RJ): GC 36.04.22/g — Filme 42 — mf. 0118 (Apud FRANZINI, 2005).

<sup>44</sup>TARRISSE, Ana. GLOBO Esporte. [globoesporte.com](http://globoesporte.com), 2019. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/>>. Acesso em: 02 Julho 2019.

<sup>45</sup>Ibidem.



Apesar do artigo não trazer expressamente a prática do futebol como “incompatível com a natureza”, já havia em torno do futebol o espectro de não ser condizente com a natureza feminina, sendo considerada uma modalidade “*violenta e ideal apenas para homens*”<sup>46</sup>.

Depois da repressão, o futebol feminino delineou-se a jogos esporádicos, muitos de modo clandestinos, outros camuflados de partidas beneficentes, o que seguia incomodando os grupos conservadores.<sup>47</sup>

Vale mencionar que o Brasil, ao querer se mostrar forte nessas décadas, incorpora como política a eugenia, a qual, de forma bem resumida, foi a política de embraquecimento populacional e que coloca a mulher como procriadora.<sup>48</sup> Desse modo, não é ilógico pensar que as mulheres que entram no futebol colocam em disputa vários elementos em questão, a saber, gênero, classe e raça.

Tal perspectiva acerca do futebol permanece por anos. Em 1965, logo no início da Ditadura Militar, governo que aumenta a centralização no poder no executivo e segue na contramão dos interesses de igualdade das mulheres, trazendo uma série de mudanças políticas e sociais, a CND publica novamente o decreto que explicitamente proíbe mulheres de jogar futebol, com a seguinte discriminação: “*a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball*”<sup>49</sup>

O futebol se configura como uma disputa do espaço público para onde nos empurram para o privado. É, além de uma disputa por ocupação, o rompimento com representações impostas a nós, mulheres. “*O grande problema dizia respeito não ao futebol em si, mas justamente à subversão de papéis promovida pelas jovens que o praticavam, uma vez que elas estariam abandonando suas “funções naturais” para invadirem o espaço dos homens*”.<sup>50</sup>

Ao que tudo indica, nem mesmo a proibição *ipsi literis* fez as mulheres pararem de jogar, sendo inevitável romper com o silêncio; de forma tímida, jornais voltaram a noticiar partidas entre mulheres no Brasil na década de 70. A CND até que tentou ratificar a proibição

---

<sup>46</sup>Ibidem.

<sup>47</sup>FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, Julho/Dezembro 2005. ISSN 1806-9347.

SOUZA, Marcos. A. D. Gênero e Raça: A Nação Construída pelo futebol brasileiro. Universidade de Brasília.

<sup>48</sup>GELEDÉS Instituto da mulher negra. **Geledés Instituto da mulher negra**, 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>>. Acesso em: 02 Julho 2019.

<sup>49</sup>BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS. Deliberação no. 7-65, de 2 de agosto de 1965: Baixa instruções às entidades desportivas do país sobre a prática de desporto pelas mulheres. (Apud FRANZINI, 2005).

<sup>50</sup>FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, Julho/Dezembro 2005. ISSN 1806-9347.

enviando ofícios aos responsáveis pelas partidas, mas as resistências prosseguiram e continuaram ocupando os gramados.<sup>51</sup>

A várzea teve um importante papel na manutenção do futebol feminino, foi um espaço de resistência que se multiplicou pelo país. Lembrando que a várzea é um fenômeno que decorre da marginalização, tanto geográfica como social. A proibição regulava certos tipos de corpos, o dessas mulheres eram lidos como corpos que não representavam perigo para a moralidade por não pertencer à classe que devia ser resguardada.

Isto não significa, porém, que não o praticavam sem resistência ou que havia visibilidade em jornais e vivências no patamar do masculino, ainda que amador<sup>52</sup>.

Por outro lado, distante da várzea, no mundo internacional, a FIFA dava indícios de reconhecimento do futebol feminino; no Brasil “*as mulheres jogavam futebol, não só nas inaugurações e de maneira benéfica, também pelo próprio prazer de fazê-lo*”<sup>53</sup>, situações que levaram ao dia 21 de dezembro de 1979, data em que a resolução nº 7/65 foi derrubada, dando lugar a deliberação nº 10/79.<sup>54</sup>

Outrossim, é certo que o fim formal da proibição não significou estímulos dos clubes e das federações ao esporte, muito pelo contrário, seguiram os impedimentos pelo país e a busca da regulamentação do futebol feminino.

## ***1.2 – A regulamentação do futebol feminino no Brasil***

Para ser efetivo em sua intenção, o fim da proibição do futebol feminino no país que se deu formalmente em 1979, era necessário um processo de regulamentação e um debate mais profundo sobre igualdade de gênero. Daí a importância de ressaltar, novamente, que a ocupação histórica dos espaços públicos pelas mulheres por meio dos movimentos de resistência, destacando aqui os movimentos feministas, ainda que não fosse prioridade a pauta do futebol feminino na década de 1980 para eles, caminha junto como giro de conquistas para um processo, mesmo que tardio e ainda hoje a passos lentos, de emancipação da modalidade.

Irene Cardoso<sup>55</sup> à época publicou dois textos defendendo expressamente o futebol feminino no Brasil. O primeiro pontuava, além da opressão sofrida por essa mulher atleta,

---

<sup>51</sup>SILVA, Giovana Capucim e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 65-66. 2015.

<sup>52</sup>Ibidem, p.87.

<sup>53</sup>Ibidem.

<sup>54</sup>Ibidem, p. 87-88.

<sup>55</sup>Jornalista e militante feminista, responsável pela seção Feminismo, da folha de S.Paulo entre 1982 e 1983.

outras formas de opressões e, não por acaso, o título é “Também no esporte, a opressão da mulher”. O segundo foi voltado mais para reafirmar a discriminação sofrida pela mulher como praticante do futebol feminino e o título transmitiu diretamente a mensagem “Deixem que as mulheres joguem, seus machistas”. O contexto era a reivindicação para tornar o futebol feminino profissional.<sup>56</sup>

Neste mesmo período foi realizado, de 03 a 12 de setembro de 1982, o “1º Festival Nacional das Mulheres nas Artes”, trazendo em seu folheto uma partida de futebol feminino entre Rio de Janeiro e São Paulo, no Morumbi, encerrando o evento. O jogo aconteceu apesar da proibição da CBF, mas o time paulista dono do estádio, o São Paulo Futebol Clube, foi multado pela confederação, levando outros clubes a ficarem receosos de continuar promovendo esses jogos.<sup>57</sup>

A instituição usou como base para impedir a partida o decreto que já havia sido revogado, o que mostra que apesar de desfeito, sozinho não era suficiente para mudar a carga social e política de que esse esporte é de natureza masculina, precisando de inúmeros subterfúgios para burlar e conseguir expandir a modalidade. Rose, ex jogadora de futebol e capitã da equipe do Rio de Janeiro na época, narra que o termo *show* passa a ser utilizado para fazer com que as partidas continuassem acontecendo e a mídia chegasse, minimizando o caráter de desporto<sup>58</sup>:

*“Nossa intenção é fazer um show, promover o futebol feminino, atrair a torcida para os estádios com um novo tipo de espetáculo que não parece ferir ninguém, exceto uma legislação discriminatória que impede a mulher de desempenhar uma atividade esportiva reservada, ao que parece, ao homem. Ora, toda lei (decreto ou deliberação) que faça clara discriminação de qualquer espécie contraria a Constituição em vigor. E por isso, vamos tentar, através da Justiça, derrubar a deliberação do CND e expandir o futebol feminino”.*<sup>59</sup>

Além de jogadora, a atleta também era formada em Direito, o que justifica a linguagem jurídica e a luta na justiça para que mais jogos ocorressem. Apesar das lutas das mulheres, muito liderada por Rose, o que elas conseguiram no máximo foi uma declaração do presidente da

---

<sup>56</sup>SILVA, Giovana Capucim e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 94. 2015.

<sup>57</sup>Ibidem, p. 99 - 100

<sup>58</sup>Ibidem, p. 100.

<sup>59</sup>O protesto do futebol feminino. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 14 out. 1982. Primeiro Caderno, p. 29. (apud SILVA, 2015. p. 29).

CND, César Montagna, que “*seria dado o parecer final da instituição sobre o futebol feminino, prometendo, toda vida, para o início do ano seguinte*”<sup>60</sup>.

O ano de 1982 foi um marco para se pensar a regulamentação do futebol feminino, inclusive porque paralelo a toda a discussão de regulamentar a modalidade, se via o crescimento de diversos times amadores já existentes, lidos e publicizados como futebol feminino varzeano, e não apenas no eixo Rio-São Paulo. Inúmeras dessas equipes traziam nomes de fábrica ou empresas, presumidamente eram equipes formadas por mulheres que tinham relação com esse espaço.<sup>61</sup>

A equipe feminina que mais se sustentou nesse cenário de pouco apoio, visibilidade e remuneração foi a equipe Esporte Clube Radar, equipe do Rio de Janeiro, que encerrou suas atividades em 1990, mas deixando um legado de jogadoras que fizeram parte dos primeiros times da seleção brasileira na Copa do Mundo. A equipe contou com o advogado Eurico Lyra Filho, que impulsionou o time a ter visibilidade internacional, chegando a jogar na Espanha.

A fala da capitã da equipe é categórica nesse sentido, pois traz a vivência do amadorismo a sonhar com uma era de regulamentação: “*quando começamos, há um ano e meio, tínhamos a intenção apenas de diversão. Hoje, treinamos no maior estádio do mundo para jogarmos na Espanha, cenário de uma Copa*”<sup>62</sup>. Mas, apesar disso, Eurico era o grande exemplo do amadorismo dado ao esporte, no qual os feitos do Radar não eram convertidos em dinheiro às jogadoras<sup>63</sup>.

As formas de resistência foram diversas. Enquanto umas enxergam o futebol como campo político, outras quiçá sabiam da existência de uma proibição. Giovana Capucim nos traz que “*existiam as que o praticavam como atividade de lazer, como um fim em si mesmo (em geral, as mulheres da várzea); outras – por exemplo, as vedetes – viam-no como fonte de renda, ainda que não-esportiva; e, ainda, havia aquelas que viam o jogo como forma de promoção social – exemplar eram os casos das senhoras da alta sociedade em jogos beneficentes*.”

O Brasil só seguiu a lógica mundial de tentar frear algo que já estava consolidado, apesar dos órgãos FIFA, CBF e CND, entidades responsáveis pelo futebol, custarem a reconhecer. Foi

<sup>60</sup>Futebol entra em férias no dia 13. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 18 nov. 1982. Primeiro Caderno, p. 36. (apud SILVA, 2015, p. 36)

<sup>61</sup>SILVA, Giovana Capucim e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 107. 2015.

<sup>62</sup>Radar mostra aos espanhóis futebol de praia das mulheres. O Estado de S.Paulo. São Paulo, 04 jul. 1982, p.22.

<sup>63</sup>SEBBA, J. Copa do Mundo de Futebol Feminino: a trajetória de pobreza, preconceito e descrença antes de Formiga e Marta. **BBC New Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48559619>>. Acesso em: 17 Junho 2019.

uma disputa interna de quem ia abraçar essa regulamentação, gerando um longo “*empurra-empurra*”<sup>64</sup>.

Após quatro décadas, a regulamentação do futebol feminino veio em 1983 graças à resistência de jogadoras e a relevância econômica internacional que fez com que a FIFA olhasse mais atentamente a modalidade.

A proibição deixou sua marca no esporte até hoje, como o pouco incentivo ao futebol feminino, falta de patrocinadores e discriminações de gênero e, apesar da regulamentação, a profissionalização não veio junto.

---

<sup>64</sup>SILVA, Giovana Capucim e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p.110. 2015.

## Capítulo 2 – A (in)visibilidade das mulheres no futebol brasileiro

a

*“A Constituição Federal hoje prevê igualdade de gêneros. Não existe mais lei que proíba as mulheres de praticar esporte no Brasil. Porém, não é porque não é vedado que ele passa a ser visto. Não é o único passo, precisa de incentivo em todas as instâncias”<sup>65</sup>*

Inúmeros são os argumentos que podemos elencar para explicar ou, ainda, explicar a pouca visibilidade dada às mulheres no futebol brasileiro. Para além da justificativa da falta de patrocínio e profissionalização da modalidade. Recorrerei à dois deles que são facilmente verificados nos espaços sociais: a busca por um padrão de feminilidade, que impõe um determinado comportamento às mulheres em um tempo onde a barreira entre gênero deve ser superada; e a ausência delas em cargos de decisão, que permitem que elas construam o espaço do futebol feminino. A história do futebol feminino segue sendo conduzida por homens.<sup>66</sup>

### 2.1 – Questão de gênero no esporte: categoria analítica histórica

Para compreender como as relações de gênero e a representatividade no futebol se apresentam, é preciso antes compreender o conceito de gênero como categoria analítica e histórica.

O que se apresenta inicialmente é que não basta que façamos uma mera análise descritiva de gênero, voltando-se apenas para a dualidade “mulheres e homens” sem ultrapassar as barreiras dessa dicotomia. Nessa linha de sustentação, não há como utilizar gênero apenas para descrever as relações que enxergamos, mas transcender, adotando outro referencial que nos permita esmiuçar as desigualdades e os significados construídos sobre esse universo complexo do masculino e feminino.

O caminho é outro. Partir das lógicas descritivas para assimilar a história é ter um marco teórico muito restrito. É necessário entender o gênero enquanto uma categoria de análise, relativizando conceitos pré-estabelecidos e relacionando-os às práticas sociais e à história.

A saber, há dois caminhos que possibilitam estudar gênero: um pela descrição e o outro analisando a partir de uma ordem causal. Nesse sentido, tem-se que “*A primeira é*

<sup>65</sup>Juliana Avezum, advogada especialista em direito esportivo e entretenimento. Disponível em: <<https://leiemcampo.blogosfera.uol.com.br/2019/07/07/copa-mostrou-futebol-feminino-e-viavel-e-a-lei-pode-ajudar/>>. Acesso em: 10 Julho 2019.

<sup>66</sup>GOELLNER, Silvana. V. Mulher e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidade. **Revista brasileira de educação física e esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, abril/junho 2005.

*essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm.*<sup>67</sup>

Judith Butler, então, propõe-se a historicizar o corpo e o sexo, fugindo dos marcadores ou discursos científico-biológico de homem e mulher, buscando subverter a ordem compulsória, pontuando que não necessariamente sexo, gênero e desejo se relacionam<sup>68</sup>.

Dessa forma, gênero é o efeito das relações sociais, política e histórica. Para ela “*é um ato intencional, um gesto performativo que produz significados*”<sup>69</sup>.

Assim como é para Heleieth Saffioti, que também tem a categoria como histórica, não há um conceito fechado por se tratar de uma análise complexa e múltipla, e cada teórica destaca o aspecto de gênero que se propõe a discutir. O que essa autora pontua é que há correntes, ainda que minoritárias, que indica uma aceitabilidade conceitual, tomando a categoria como “*a construção social do masculino e feminino*”<sup>70</sup>.

Ao passo que os estudos de gênero aparecem no meio acadêmico como categoria analítica, a ênfase, a priori, não é a mulher, mas a construção do “ser uma mulher ou ser um homem”. São categorias delineadas por um imaginário simbólico demarcado pelas expectativas individuais sobre esses sujeitos. De forma exemplificativa, jogar bola é um comportamento esperado para homens e brincar de boneca para mulheres.

Nas palavras de Joan Scott: “*seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres*”<sup>71</sup>.

A funcionalidade em transpor a categoria sexo para gênero é por aquela se mostrar insuficiente para explicar os papéis sociais atribuídos aos sujeitos e, principalmente, para afastar

<sup>67</sup>SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade., Porto Alegre, v. Vol. 20, n° 2, p. 74-75, jul./dez. 1995

<sup>68</sup>BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 3ª Edição. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.15-49.

<sup>69</sup>PISCITELLI, Adriana. 2002 (Apud GROHMANN, R.; MARTINO, L. M. S. Nomes da pesquisa em comunicação, 2017. Disponível em: <<http://nomespesquisacomunicacao.com.br/verbetes/judith-butler/>>. Acesso em: 15 Junho 2019).

<sup>70</sup>SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p.45.

<sup>71</sup>SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade., Porto Alegre, v. Vol. 20, n° 2, p. 75, jul./dez. 1995

a argumentação biologizante de existência de uma natureza feminina, além de, quando vinculada a um caráter de construção social ao longo do tempo, surge como termômetro de problematizar o que é o “ser mulher” na sociedade a partir da posição que ela ocupa nos espaços.<sup>72</sup>

Essas construções conceituais partem do esforço das pesquisadoras feministas em compreender como se dão as diversas formas de opressões e relações de poder entre homem e mulher a partir da categoria gênero, se tornando a categoria analítica mais expressiva para se pensar mulher como sujeitas de direitos, históricos e políticos. São corpos imersos na cultura e, portanto, lidos a partir das ações e expressões. Todos esses corpos, por si só, produzem discursos, razão pela qual “*o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva*”.<sup>73</sup>

Diante dessas conceituações, o primeiro desafio que se mostra para as pesquisas no esporte é de repensar a dicotomia homem/mulher. Porém, é importante mencionar que esta dualidade segue sendo as realidades sociais dadas e fixas, sendo modificável apenas as formas de relações e transformações entre elas. Nada obstante, os usos dessas categorias “*homem e mulher são conceitos social, corporal e historicamente inscritos tal qual gênero*”.<sup>74</sup>

Há um sistema bem definido que ressalta as diferenças de gênero como marca da constituição do esporte: vencedores/perdedores, homens/garotos, homens/mulheres. Essa lógica está pautada no princípio que é tido como demasiadamente importante à ordem desportiva, qual seja, a igualdade entre os competidores.<sup>75</sup>

O esporte – principalmente o futebol – deve buscar a superação da divisão “homem/mulher” como conceitos pré-concebidos, de modo necessário e urgente para reconhecer a multiplicidade de identidades de gênero que estão presentes no esporte.

O segundo desafio colocado para os estudos de gênero, é compreender que não tem como tratar esta categoria sem articular com a de raça, tendo em vista se tratar de conceitos historicamente construídos e coloniais. “*O gênero é informado pela raça, quanto a raça é informada pelo gênero*”<sup>76</sup>.

---

<sup>72</sup>GOMES, Camilla Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. v.18, n. 1, p. 66, Janeiro-Abril 2018. ISSN 1519-6089

<sup>73</sup>BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 3ª Edição. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.27.

<sup>74</sup>GOMES, Camilla Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. v.18, n. 1, p. 69, Janeiro-Abril 2018. ISSN 1519-6089

<sup>75</sup>CALIXTO, Vinicius. *Lex Sportiva e Direitos Humanos: entrelaçamentos transconstitucionais e aprendizados recíprocos*. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, v. 1, 2017. Cap. 2, p. 123.

<sup>76</sup>GOMES, Camilla Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. v.18, n. 1, p. 69-70, Janeiro-Abril 2018. ISSN 1519-6089



Começa, então, a necessidade de entender que não tem como usarmos “mulher” de modo universal – essencialização dos sujeitos e vivências - porque essa categoria no âmbito de opressões carrega diversas formas de experiências, sendo gênero e raça necessariamente interligados e dando significados aos corpos.

Decerto, não estou defendendo a retirada do termo “mulheres” quando se fizer referência às jogadoras do futebol feminino. O que aqui coloco é a importância de se reconhecer as subjetividades delas, sendo, invariavelmente, um ato político mencioná-las. Segundo Judith Butler:

*“As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e, como tal, exclusivistas. Isso não quer que o termo ‘mulheres’ não deva ser usado, ou que devemos anunciar a morte da categoria. Ao contrário, se o feminismo pressupõe que ‘mulheres’ designa um campo de diferenças indesignáveis, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e re-significação”<sup>77</sup>*

É imprescindível, portanto, olhar para o futebol feminino a partir da categoria analítica “gênero” trazendo para o campo as contribuições das teorizações feministas, ainda que a modalidade não seja o foco dos movimentos, porque elas reportam em suas obras *“às mulheres a sua condição de sujeito no esporte, analisando-o como um espaço político e, conseqüentemente, um lugar de resistência e transformação das relações de gênero”<sup>78</sup>*.

A opção de olhar a partir do gênero para o futebol é justificada por este colocar em evidência os processos histórico-culturais que diferenciam os comportamentos dos homens e das mulheres e a inserção destas em espaços de liderança.

## **2.2 – Rompendo com a feminilidade hegemônica**

As questões referentes ao gênero acompanham o futebol desde de sua origem. Os caminhos percorridos por essas mulheres são diversos e marcados por romper com estereótipos hegemônicos em um esporte ainda considerado culturalmente como masculino. Durante anos elas jogam futebol, mas apenas recentemente foram percebidos reconhecimento e visibilidade e, ainda assim, continuamente de maneira pontual e durante competições internacionais como a Copa do mundo de futebol e as Olimpíadas. De maneira geral, não é isso que acontece.

<sup>77</sup>Judith Butler, **Problemas de gênero**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 22. (apud GOELLNER, S. V. Gênero e esporte na historiografia: balanços e potencialidades. **Revista Tempo**, v. 19, n. 34, p. 51, Junho 2013).

<sup>78</sup>GOELLNER, Silvana. V. Gênero e esporte na historiografia: balanços e potencialidades. **Revista Tempo**, v. 19, n. 34, p. 49, Junho 2013.

Pelo panorama apresentado, traduzindo Franzini, no “ *Brasil, país reconhecido internacionalmente pela qualidade do futebol, o desenvolvimento do futebol feminino obedece a uma lógica intermitente de expansão e refluxo, lógica fundamentada por um sistema de proibições e permissões instaurado desde o século XIX*”<sup>79</sup>. O texto, apesar de ser datado de 2005, infelizmente, ainda faz parte da realidade brasileira do futebol feminino.

Desse modo, o olhar sobre a modalidade decorre de um preconceito geracional partindo do que é pré-concebido sobre papéis de gênero - tendo início com argumentações - de modo a privar a participação, em dois eixos: (1) da existência de uma natureza feminina não compatível com a prática; e de que esta (2) masculinizaria seus comportamentos e corpos. Situações que corromperiam o ideal de feminilidade definido pela quadriade mulher-feminilidade-beleza<sup>80</sup>-maternidade.

O que estava posto preliminarmente às mulheres como papel de gênero vincula-se ao estereótipo de feminilidade de maternidade, o cuidado da casa e o espaço privado<sup>81</sup>. E o esporte é exatamente o oposto, tem-se um local público em que esse corpo com aparência é colocado dentro desse espaço, posteriormente considerado como de resistência e político.

A ideia de “*natureza feminina*” usada para embasar a proibição do futebol feminino no Brasil durante 42 anos é socioculturalmente construída e, por isso, na medida de avanços jurídicos, políticos e sociais, factíveis de desconstruções e reconstruções.

### 2.2.1 O padrão estético

Culturalmente foi cumulando valores ao ser feminino e ao ser masculino pautados a partir da aparência do corpo, ligando a mulher ao feminino e o homem ao masculino. Com isso, a delimitação das modalidades femininas diz respeito a um imaginário de características, por exemplo, de fragilidade, menos força e mais flexibilidade, que são muito mais culturais do que fisiológicas<sup>82</sup>. E é esse pensamento moralista e sexista reproduzido socialmente que ainda circunda o futebol feminino.

<sup>79</sup>TEIXEIRA, Fábio. L. S.; CAMINHA, Iraquitan. D. O. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 01, p. 266, Janeiro/Março 2013.

<sup>80</sup>GOELNNER, Silvana. V. Na “**Pátria das Chuteiras**” as mulheres não têm vez. UFRGS. [S.l.], p.1-6.

<sup>81</sup>TEIXEIRA, Fábio. L. S.; CAMINHA, Iraquitan. D. O. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 01, p. 267, Janeiro/Março 2013.

<sup>82</sup>Ibidem

Há 18 anos o “*Brasil já teve gênio antes de Marta. E a rejeitou por um cabelo raspado*”<sup>83</sup>. Sissi, como é conhecida, ex-jogadora de futebol, é considerada não só uma transgressora, mas resistência da década de 1980 e 1990. Jogava com o cabelo raspado e foi uma característica sua atemporal. Em entrevista, a jogadora relatou momentos de discriminação enquanto atleta:

*"Na seleção, tive que fazer umas fotos para uma revista, aí tive que botar maquiagem. Depois eu falei: nunca mais vou fazer isso. Fazer essas coisas pra ser aceita. Falei: nunca mais vou deixar alguém me dizer o que eu tenho que fazer. Na hora, eu fiquei chocada. Foi a pior coisa que eu fiz na minha vida. Pra ser aceita. Ter um lado feminino. Eu perdi vários convites pra fazer outras coisas nesse sentido depois, porque não aceitei mais*

*(...)*

*"Em 2001, teve o Campeonato Paulista e aí fizeram essa regra da beleza. Tinham me convidado antes para voltar a jogar no Brasil. Eu falei: dane-se, não preciso disso. Será que é tão difícil entender que o que a gente quer fazer é jogar e não mostrar beleza? A gente tem que mostrar talento. Eles achavam que iriam colocar público no estádio só com beleza, mas acho que o tiro saiu pela culatra”<sup>84</sup>*

A diferença entre o relato acima e o que vem na sequência é de 18 anos. É um passado muito presente. Outro exemplo veio durante uma partida entre Nigéria e Noruega pela fase de grupo da Copa do Mundo, no dia 07/06/2019, em que assistia na companhia de um homem. Nitidamente o time da Noruega se mostrava melhor em campo, melhores passes, melhores ataques, melhores jogadoras tecnicamente. Em uma saída de bola pela lateral, momento em que a câmera costuma aproximar na jogadora que irá cobrar, o comentário proferido por ele foi “olha o time da Noruega... Escolheram as mais bonitas para formar o time”.

Vale citar as subjetividades dos dois times e me refiro, principalmente, aos seus times titulares – jogadoras que começam jogando - um é time europeu, de mulheres brancas e maioria de cabelos compridos e lisos; o outro é africano, de mulheres negras, maioria de cabelos curtos e/ou com *dread*<sup>85</sup>. O padrão do que é belo, assim como a feminilidade, percorrem o tempo e a cultura<sup>86</sup>, devendo ser compreendido que a construção do que é feminilidade e beleza são informados, inclusive, de forma racializada<sup>87</sup>.

<sup>83</sup>MENDONÇA, Renata. Brasil já teve gênio antes de Marta. E a rejeitou por um cabelo raspado. **UOL ESPORTE - Dibradoras**, 2019. Disponível em: <<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/05/14/brasil-ja-teve-genio-antes-de-marta-e-a-rejeitou-por-um-cabelo-raspado/>>. Acesso em: 2019.

<sup>84</sup>Ibidem.

<sup>85</sup>Perspectiva visual a partir das fotos foram presentes no site da EBC – Agência Brasil de Comunicação. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/copa-feminina-noruega-e-australia-alemanha-e-nigeria-jogam-hoje>>. Acesso em: 25/06/2019

<sup>86</sup>Kellner D. Televisão, propaganda e construção da identidade pós-moderna. In: Kellner D. A cultura da mídia. Bauru (SP): EDUSC; 2001. p. 295-334

<sup>87</sup>McClintock, 2010, p. 39 (apud GOMES, Camilla Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. v.18, n. 1, p. 75, Janeiro-Abril 2018. ISSN 1519-6089).

Há uma relação muito linear que entrelaça o corpo da mulher com uma aparência de feminilidade. O imperativo da beleza sobre o corpo das mulheres é muito forte, em especial das mulheres negras, que além de ser atleta, tem que demonstrar ser “A Atleta” e bonita. As ofensas racistas proferidas por brasileiros a Wendie Renard<sup>88</sup>, camisa número 03 da seleção francesa, após a derrota da seleção brasileira nas oitavas de final da Copa do Mundo para a França, é um grande exemplo de que a aparência ainda é mais valorizada e ressaltada do que o talento dessas mulheres.

Djamila Ribeiro, filósofa e mulher negra, autora da obra “quem tem medo do feminismo negro? ”, em sua conta no instagram, além de apoiar a jogadora, rememora o quanto é dolorido para mulheres negras ter que lidar com situações como essa:

*“Quantas mulheres negras se violentam para atender a imposição de padrão estético? Quantas feridas causadas no couro cabeludo, na autoestima? Quantas violências no cotidiano escolar? Desde ‘não vou dançar com a neguinha do cabelo duro’ a ‘por que você não alisa seu cabelo?’ . Só a gente sabe como é ser alvo desse tipo de comentário (...)*

*Por que Wendie deve atender a um padrão, mesmo aquele estabelecido dentro da comunidade, como se não fôssemos diversas? Por que você se incomoda com o modo pelo qual a jogadora se apresenta? O que isso interfere na sua vida? ‘Ah mas eu acho feio’. Problema seu e de seus gostos condicionados”.*<sup>89</sup>

O belo segue um padrão racializado, tomando toda e qualquer característica relacionada a pessoas negras como negativas. Como é o caso da jogadora francesa que foi criticada por ter “cabelo ruim” e “duro”. No olhar racista, ser negro é defeito<sup>90</sup>.

É importante ressaltar que imagens, discriminações e estereótipos de gênero ligados a mulheres brancas também são racializados. Aqui, não se procura fazer um apontamento no sentido de alegar que mulheres brancas sofrem racismo, é, na verdade, buscando distinguir o padrão de feminilidade esperado para cada uma<sup>91</sup>.

Decerto, mulheres brancas também sofrem com o padrão de beleza, entretanto, é fundamental nos atentarmos mais as análises de gênero, entrelaçando necessariamente a

<sup>88</sup>“A “gigante” de 1,87m de altura é artilheira entre as francesas neste Mundial e é internacionalmente reconhecida pela qualidade de seu jogo aéreo. Seis vezes campeã da Champions League feminina, ela é a terceira jogadora de futebol mais bem paga do mundo — à frente, por exemplo, de Marta, que é a quinta no ranking”. Site Observatório da discriminação racial no futebol, 2019. Disponível em: <<https://observatorioracialfutebol.com.br/o-que-os-ataques-racistas-sobre-cabelo-de-francesa-que-tirou-brasil-da-copa-dizem-sobre-nosso-pais/>>. Acesso em: 25 Junho 2019.

<sup>89</sup>Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BzGHFJMgoKO/?igshid=z0wgwu0uxi0x>>. Acesso em: 25/06/2019

<sup>90</sup>RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? 1ª. ed. São Paulo: Companhia das letras, v. 01, 2018. Cap. I, II.

<sup>91</sup>McClintock, 2010, p. 39 (apud GOMES, Camilla Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. v.18, n. 1, p. 75, Janeiro-Abril 2018. ISSN 1519-6089).

categoria raça. *Embora o conceito de feminilidade seja limitador e sexista, é preciso questionar: por que o padrão de gênero esperado de uma mulher negra é diferente do de uma mulher branca?*<sup>92</sup>

A cultura da beleza é machista e sexista, ela estimula a divisão em papéis sociais femininos e masculinos; se “*espera que homens e mulheres tenham comportamentos determinados por causa de seu gênero corresponde a um engessamento da autonomia humana*”<sup>93</sup>. A solução é desconstruir o que se entende por feminilidade e beleza feminina – sendo fundamental reflexionar a atenção para raça e racismo nas disputas sobre padrões estéticos, inclusive no esporte.

### 2.2.2 A masculinização dos corpos e sexualidade

O futebol é um espaço que vai construindo representações do masculino e do feminino de formas diferentes. As que ousaram transpor essa fronteira veem colocar em suspeição a sua sexualidade. Não é novidade que as mulheres que praticam futebol são rotuladas de “sapatões” ou adjetivos que remetam à orientação sexual pejorativamente.

Na construção do “ser mulher”, o ideal discriminatório discursa associando o futebol como processo de masculinização desse corpo que deixa de ser feminino a partir de uma lógica heteronormativa. Além do espectro já carregado pela modalidade em si, esse ideal se vê confirmado quando jogadoras tem cabelo curto, músculos mais avantajados e jeito de andar lido como não feminino, que são atributos e comportamentos esperados para homens e masculinos.<sup>94</sup>

Sissi, ex jogadora da seleção brasileira, relatou que a primeira pergunta que faziam era se ela tinha namorado e pontuou que para os jogadores essa era uma questão que aparece apenas depois<sup>95</sup>; a filha caçula de Garrincha, ex-jogador da seleção brasileira, relata que teve que convencer a mãe que não era lésbica para poder jogar futebol, que queria arranjar um namorado para a filha para que não pensassem que ela era sapatão<sup>96</sup>.

<sup>92</sup>ARRAES, Jarid. Geledés Instituto da mulher negra. Geledés Instituto da mulher negra, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/os-padroes-de-feminilidade-e-mulher-negra-por-jarid-arraes/>>. Acesso em: 25 Junho 2019.

<sup>93</sup>Ibidem

<sup>94</sup>GOELLNER, Silvana. V. Mulher e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidade. **Revista brasileira de educação física e esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 149, abril/junho 2005.

<sup>95</sup>Cardoso, 200, p.21 (apud ibidem)

<sup>96</sup>Silva, Costa & Salles, 1998, p. 113 (apud ibidem)

O preconceito contra mulheres futebolísticas é fruto do olhar social sobre a homossexualidade sendo vista de maneira negativa<sup>97</sup>, de onde nasce o rótulo de que o futebol feminino é “*terra do lesbianismo*”<sup>98</sup>. O professor Flávio menciona que apesar do estereótipo arraigado, a mídia não trata do mesmo jeito a sexualidade das mulheres e dos homens, e para este há um tom mais jocoso. Nessa linha, a lésbica mais masculinizada, dentro dos parâmetros de força masculina, é aceita na arquibancada apenas por se comportar feito “macho”<sup>99</sup>.

O que se percebe é um avanço, mesmo que lento, de mobilizações que buscam romper com esse lugar-comum de feminilidade ligado a fragilidade, delicadeza e meiguice no futebol, mas ao mesmo tempo demarcar que não existe um jeito feminino de ser e um jeito masculino de ser. A mulher que se aproxima mais do que hegemonicamente se constituiu como masculino, não necessariamente é uma mulher que busca ser um homem ou homossexual – bissexual ou lésbica, mas pode ser e é legítimo. É apenas uma opção de construção do seu próprio corpo. Os corpos são plurais!

*“Existem mulheres lésbicas no futebol, assim como existem mulheres heterossexuais que também jogam”*. O caminho é dar visibilidade ao tema (anexo A), mas também a pluralidade de jogadoras de futebol e destacar que *“a orientação sexual não é determinada pelo esporte que se pratica”*.<sup>100</sup>

### 2.2.3 A maternidade

A maternidade era vista, e em certa medida ainda é, como realização feminina. Produto da essência da mulher, ligado a própria natureza. Justificativa presente, inclusive, na carta de José Fuzeiro em 1940 com a finalidade de excluir do esporte as mulheres: “*200 núcleos*

<sup>97</sup>Segundo Luisa dos Anjos (NAÍSA, Letícia.; ARAÚJO, Peu. Por que o futebol brasileiro ainda está trancado no armário? **VICE SPORTS**, 2016. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/53m433/homofobia-no-futebol](https://www.vice.com/pt_br/article/53m433/homofobia-no-futebol)>. Acesso em: 26 Junho 2019).

<sup>98</sup>O futebol feminino é um tremendo terreno fértil para o lesbianismo", afirmou Gabriel Camargo, presidente do Tolima, time da Colômbia. (MENDONÇA, Renata. 'Futebol feminino é terra do lesbianismo', diz presidente do Tolima. **Sério? UOL ESPORTE**, 2018. Disponível em: <<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2018/12/20/futebol-feminino-e-terra-do-lesbianismo-diz-presidente-do-tolima-serio/>>. Acesso em: 26 Junho 2019).

<sup>99</sup>Segundo Professor Flávio (NAÍSA, Letícia.; ARAÚJO, Peu. Por que o futebol brasileiro ainda está trancado no armário? **VICE SPORTS**, 2016. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/53m433/homofobia-no-futebol](https://www.vice.com/pt_br/article/53m433/homofobia-no-futebol)>. Acesso em: 26 Junho 2019).

<sup>100</sup>MENDONÇA, Renata. 'Futebol feminino é terra do lesbianismo', diz presidente do Tolima. **Sério? UOL ESPORTE**, 2018. Disponível em: <<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2018/12/20/futebol-feminino-e-terra-do-lesbianismo-diz-presidente-do-tolima-serio/>>. Acesso em: 26 Junho 2019

*destruidores da saúde de 2.200 futuras mães, que, além do mais, ficarão presas de uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes*”<sup>101</sup>.

Ser mulher na construção hegemônica vincula-se “à maternidade e reclusa ao espaço doméstico”.<sup>102</sup> Este esclarecimento é importante porque a ideia de “natureza feminina” foi a base para a proibição do futebol durante décadas, tanto nas legislações quanto nas mídias.<sup>103</sup>

O feminismo questiona essa lógica de privado e público com o slogan “o pessoal é político”, pontuando que além de ser uma escolha, ou seja, não é uma obrigação por ser mulher, a maternidade é uma relação coletiva entre as pessoas envolvidas na relação. Não cabe exclusivamente a mulher o cuidado com a criança.<sup>104</sup>

Com os estudos de gênero “*postula-se, com e a partir dele, que a ‘a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo [e, portanto, também o sexo] aparece*”<sup>105</sup>. Gênero é toda forma de construção social, tanto linguística quanto cultural, desaguando em processos que diferenciam homens e mulheres, aqui, excluindo qualquer argumentação biológica determinada, destacando a relação de poder.<sup>106</sup>

A pesquisa “Licença maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil”, realizada pela FGV-EPGE, “*revela que a presença de um filho pequeno na família é uma grande responsável para a baixa participação das mulheres no mercado de trabalho. O percentual de mulheres empregadas entre 25 e 44 anos e com um filho de até um ano de idade cai para 41%. E somente 28% destas mulheres trabalham 35 horas ou mais por semana no Brasil. No caso dos homens, o perfil é oposto: 92% dos homens com filhos de até um ano estavam trabalhando, sendo que 82% em atividades com 35 horas ou mais de carga horária semanal*”.<sup>107</sup> São dados de mulheres com trabalhos formais e perfil diverso.

Diante dessa lógica, o dilema encontrado pelas mulheres que jogam futebol é ser ou não ser mãe. Além das estatísticas acima, o mercado de trabalho do futebol deve ser visto sob a

<sup>101</sup>Carta de José Fuzeira ao Ilmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas (grifos do original). Rio de Janeiro, 25.04.1940. Arquivo Gustavo Capanema — CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (RJ): GC 36.04.22/g — Filme 42 — mf. 0117 (apud FRANZINI, 2005)

<sup>102</sup>SILVA, Giovana Capucim e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 15. 2015.

<sup>103</sup>Ibidem, p. 87.

<sup>104</sup>MEYER, D. E. E. A Politização Contemporânea da Maternidade: construindo um argumento. **Revista Gênero - UFF**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 85, Setembro 2005.

<sup>105</sup>Ibidem, p. 86.

<sup>106</sup>Ibidem,.

<sup>107</sup>Metade das mulheres deixa o mercado de trabalho um ano após o início da licença maternidade. **Geledés Instituto da mulher negra**, 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/metade-das-mulheres-deixa-o-mercado-de-trabalho-um-ano-apos-o-inicio-da-licenca-maternidade/>>. Acesso em: 06 Julho 2019.

ótica das exigências de um esporte de alto rendimento, que necessariamente envolve o corpo como análise.

Tamires, jogadora de futebol, quando soube que estava grávida pensou “*achava que o futebol tinha acabado para mim*”<sup>108</sup>. Ficou afastada por 4 anos dos gramados, período entre gestação e cuidar do filho. “*Era impossível viver a maternidade e a rotina de atleta ao mesmo tempo*”, relatou.

Ela é a única mãe entre as 23 jogadoras que jogaram a Copa Feminina em 2019, enquanto na seleção masculina, apenas 6 jogadores não tem filho.<sup>109</sup> A lógica patriarcal e heteronormativa é do cuidado como capacidade inata da mulher e, por isso, cabe a ela o sacrifício de abrir mão da carreira pela família.

As possíveis e principais explicações dos entraves à maternidade vem da resistência dos clubes e do despreparo dos mesmo em lidar com essa mulher, pois é preciso adaptar os treinos e evitar determinadas atividades; as exigências em torno do esporte de alto rendimento. O tempo de retorno varia de atleta para atleta: “*uma jogadora pode voltar tão bem ou melhor que antes da gestação*”, explica a médica Thatiana Parmigiano, ginecologista do esporte; e o parceiro internalizar o processo de maternidade como uma construção coletiva, para que ambos não precisem abrir mão da carreira.<sup>110</sup>

A maioria das jogadoras tem medo de engravidar com receio de serem desabrigadas pelos seus clubes. Além disso, “*a maioria delas não tem carteira assinada e atua de forma amadora, com contratos de curto de prazo que preveem apenas ajuda de custo*”.<sup>111</sup>

A maternidade passa a ser pensada não mais como uma essência da “natureza feminina”, rompendo com o espectro de maternidade como obrigação, mas sim como poder de escolha e desejo da mulher. Apesar disso, de se pensar no poder de escolha dessa mulher, a gravidez é situada no mercado de trabalho como um obstáculo de dedicação para estas, sendo, portanto, um poder de escolha restrito e ligado a um sistema de base sexista e machista, que a coloca na fila de descarte. Seja no mercado formal ou informal e sendo, este, o caso do futebol feminino no Brasil.

---

<sup>108</sup>PIRES, Breiller. Ser mãe ou jogar futebol, o dilema das mulheres que vivem da bola. **EL PAÍS**, 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/13/deportes/1560383306\\_048881.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/13/deportes/1560383306_048881.html)>. Acesso em: 06 Julho 2019.

<sup>109</sup>Ibidem.

<sup>110</sup>Ibidem.

<sup>111</sup>Ibidem.



### 2.3 – A presença das mulheres em espaços de lideranças

Antes mesmo de discorrer especificamente sobre a proposta do tópico de forma mais pragmática, penso ser importante falar sobre representatividade e sua importância na prática do futebol.

A representatividade “vem do ato de sentir-se representado, por alguém ou movimento mais influente, geralmente nas grandes mídias. Representatividade é, também, a qualidade de nos sentirmos representados por um grupo, indivíduo ou expressão humana, em nossas características, sejam elas físicas, comportamentais ou socioculturais”<sup>112</sup>.

A entidades responsáveis pelo futebol, a saber, FIFA, CONMEBOL, CBF e Secretaria Especial do Esporte (oriunda do extinto Ministério do Esporte) e as atletas, podem escolher diferentes caminhos para o que considera ser o futebol do futuro, e todos renderem bons resultados. O que parece substancial e necessário é a possibilidade de uma pessoa que representa minorias na história do esporte participar de discussões sobre o futuro e influenciar o debate.<sup>113</sup>

Um homem branco, heterossexual e que sempre viveu em boas condições financeiras, não tem como compreender com tanta precisão o que um grupo tido como minoria social vive, não há a natureza de vivência que baliza as relações.<sup>114</sup>

Nesse contexto, as mulheres fazem parte desse grupo. Definidas cada uma por sua subjetividade, ressaltando que a vivência da mulher negra é diferente da vivência da mulher branca, assim como da mulher heterossexual e não heterossexual, portanto, a representatividade que esses corpos vão determinar na história e no espaço, também são diferentes.

Dito isso, quantas de nós está presente nas tomadas de decisões nas entidades do futebol? O que é que está impedindo a igualdade de gênero no futebol?

A história e o debate profundo de gênero dentro das instituições. Nos últimos anos temos o futebol masculino crescendo e evoluindo, e ao mesmo tempo mulheres excluídas, não apenas no campo, mas na gestão do futebol. Leva tempo mudar a história e trazer uma consciência social da importância do futebol feminino. As desigualdades históricas de gênero em termos ocupacionais persistem, mas há avanços, ainda que lentos.

<sup>112</sup>ESPN. ESPN, 2019. Disponível em: <<https://www.espn.com.br/>>. Acesso em: 2019.

FARIAS, João. A (falta) de Representatividade negra: usos, sentidos e efeitos na sociedade brasileira. **Medium**, 2018. Disponível em: <<https://medium.com/@fariasjordao/a-falta-de-representatividade-negra-usos-sentidos-e-efeitos-na-sociedade-brasileira-16f89770927b>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

<sup>113</sup>COSTA, Guilherme. Representatividade. **Universidade do Futebol**, 2016. Disponível em: <<https://universidadedofutebol.com.br/representatividade/>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

<sup>114</sup>Ibidem.

Em 2016, a FIFA garantiu demandas de jogadoras, técnicas e dirigentes que estavam insatisfeitas com a instituição devido à falta de representatividade. O conteúdo do manifesto requereu maior participação nas tomadas de decisões e visibilidade para o futebol feminino<sup>115</sup>:

*“Recomendamos ao Comitê de Reforma que recomende imediatamente a participação de pelo menos 30% de mulheres no Conselho da Fifa (...) As mulheres já não podem esperar nem mais um pouco. O Comitê precisa ouvir esse chamado e acelerar a inclusão de gênero recomendando que essa proposta seja implementada imediatamente”*<sup>116</sup>

O manifesto garantiu a presença de pelo menos seis mulheres de cada continente entre 37 membros do Conselho e, ainda assim, é importante questionar quem são as mulheres escolhidas. Se a busca é por representatividade, não é razoável por *“mulheres que agem e pensam como a maioria dos dirigentes da Fifa, a qual só retarda a evolução e avilta”*<sup>117</sup> ainda mais a imagem da entidade, serem nomeadas, os assuntos que precisam ser tratados com uma atenção especial, como o futebol feminino, continuarão para trás”.<sup>118</sup>

A finalidade é que os cargos sejam ocupados adequadamente por mulheres que representem a razão que levou a reformulação no estatuto da FIFA, a busca por representatividade de gênero.

Dessa forma, o segundo cargo mais importante da instituição, secretaria geral, é ocupado por uma mulher negra africana, a senegalesa Fatma Samba Diouf Samoura. *“Samoura tem mais de duas décadas de experiência em programas da ONU (Organização das Nações Unidas) e está extremamente alinhada com os desafios que a Fifa terá nos próximos anos. É uma mulher com vivência em aspectos como inclusão social, igualdade de gênero e desenvolvimento de políticas voltadas à disseminação do esporte”*.<sup>119</sup>

A instituição poderia ter feito outra escolha, igualmente competente, mas optou por trazer outra perspectiva e representatividade, permitindo abarcar interesses tão diferentes e opostos em âmbito internacional. Mesmo que possa ser entendido como uma jogada de marketing, o importante é que além da competência, ela é sinônimo de representatividade feminina.

<sup>115</sup>PEREZ, Nathália. Não adianta ter reforma de gênero no Conselho da Fifa sem uma reforma de ideias na entidade. **Trivela**, 2016. Disponível em: <<https://trivela.com.br/nao-adianta-ter-reforma-de-genero-no-conselho-da-fifa-sem-uma-reforma-de-ideias-na-entidade/>>. Acesso em: 08 Julho 2019

<sup>116</sup>Ibidem.

<sup>117</sup>Ibidem, no texto original a palavra “aviltar” constava como “denegrir”, tendo sido substituída por ser considerada de cunho racista.

<sup>118</sup>Ibidem.

<sup>119</sup>COSTA, Guilherme. Representatividade. **Universidade do Futebol**, 2016. Disponível em: <<https://universidadedofutebol.com.br/representatividade/>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

Outrossim, antes da primeira partida da Copa Feminina de Futebol de 2019, FIFA e ONU assinaram um termo de compromisso de propagação da igualdade de gênero.<sup>120</sup>

Por isso que a discussão sobre representatividade é tão salutar também sobre o governo federal e na CBF, responsáveis em âmbito nacional.

O governo, por meio da secretária especial do esporte, é um dos responsáveis por fomentar o desporto, sendo um dever assegurado pela CFB/88: “Art. 217 - *É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um*”<sup>121</sup>.

Mayara Bordin, jogadora de futebol, presente no painel “O Futebol Feminino em tempo de Copa do Mundo”, evento realizado na Secretaria Especial do Esporte, respondeu à pergunta “(...) *qual a responsabilidade estatal, já que estamos aqui dentro do poder executivo. Que cabe garantir as pessoas o direito ao esporte e o direito à prática do futebol*”<sup>122</sup>, realizada por um integrante da plateia:

*“Eu acredito que a gente ainda tem uns paradigmas a serem quebrados, que é principalmente a questão cultura de preconceito. Que é que a gente tem de menina jogar futebol. E eu acho que o Estado poderia também auxiliar nessa parte que é muito importante, que é de massificar os esportes através das escolas. As escolas, como eu dei até o exemplo do meu irmãozinho, eles aprendem na escola que futebol não é uma coisa de menina. A partir do momento que você massifica o esporte, você começa a reeducar a população, ele se torna um produto bom para se vender.*

*Eu falei mais do produto, essa parte de política e governo entra numa parte muito burocrática que tem muita ramificação e a gente vai ficar aqui uma semana para falar disso. É muito mais complexo do que eu simplesmente te dar uma resposta aqui ‘acho que é isso e pronto entendeu?!’. Mas eu acredito que tem que passar muito por essa parte de massificação que é o que acontece nos Estados Unidos e na Espanha a gente tem muitas garotas jogando futebol, sem ter os empecilhos dentro de casa ou na rua ou nos colégios. Eu acho essa uma parte importante do governo nesse aspecto”*<sup>123</sup>

A importância de se pensar o governo como ativador da consciência social nas questões que envolvem o futebol feminino é essencial, entretanto, a perspectiva recente acerca do governo no que tange as pautas das mulheres é temerosa. O governo federal do Brasil, infelizmente, conta com uma secretaria especial do esporte muito pouco representativa<sup>124</sup>. É

<sup>120</sup>ONU MULHERES BRASIL. ONU, 2019. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/fifa-e-onu-mulheres-assinam-compromisso-para-a-promocao-da-igualdade-de-genero-no-esporte/>>. Acesso em: 10 Junho 2019

<sup>121</sup>CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Planalto, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 Julho 2019.

<sup>122</sup>1ª Edição - Os desafios do Futebol Feminino. Youtube - Secretaria Especial do Esporte, 2019. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=7419&v=xcjA9ISKkRk](https://www.youtube.com/watch?time_continue=7419&v=xcjA9ISKkRk)>. Acesso em: 08 Julho 2019.

<sup>123</sup>BORDIM, M. 1ª Edição - Os desafios do Futebol Feminino. Youtube - Secretaria Especial do Esporte, 2019. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=7419&v=xcjA9ISKkRk](https://www.youtube.com/watch?time_continue=7419&v=xcjA9ISKkRk)>. Acesso em: 08 Julho 2019.

<sup>124</sup>Secretaria Especial do Esporte. Esporte Governo Federal, 2019. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

preciso aumentar o número de vozes femininas diversas dentro da organização na tomada de decisões.

Nessa linha, na CBF as decisões sobre o futebol feminino seguem sendo tomadas por homens e não há no quadro recente de diretorias nenhuma mulher relacionada<sup>125</sup>. Em 2017, após precoce dispensa da treinadora Emily Lima<sup>126</sup>, atletas escreveram carta à instituição apoiando a permanência da treinadora, criticando condições de trabalho e cobrando igualdade de gênero.

No lugar dela assumiu Vadão, que mesmo mostrando ser um técnico inexpressivo e de resultados medíocres, permaneceu inabalável e comandou a seleção na copa do mundo de 2019. Ela teve resultados melhores que ele e mesmo assim foi dispensada. A CBF se mostrou mais tolerante com o homem do que com a mulher, demonstrando que as mulheres jogam, mas quem segue decidindo por elas, sem escutá-las, são eles. E, pelo visto, homens que não estão muito preocupados em desenvolver o futebol feminino. Segue trechos da carta que revelam a conjuntura administrativa da FIFA à época, mas que em 2 anos quase nada mudou:

*“Nós convidamos a CBF a trazer reformas de igualdade de gênero para o Brasil. No ano passado, a FIFA fez grandes reformas, como a inclusão obrigatória de mulheres em seu próprio Conselho, e a adição de mulheres em todos os níveis de administração do futebol. Membros como a CBF são obrigados a levar em conta a importância da igualdade de gênero na composição de seus órgãos legislativos. A CBF ainda não tem nenhuma mulher no seu conselho de administração. Não há quase nenhuma mulher na sua assembleia legislativa e administração senior. Não há nenhum caminho relevante para ex-jogadoras entrarem na CBF e ajudarem a gerir o próprio jogo delas”.*

Em outro trecho as jogadoras demandaram a criação do Comitê de Futebol Feminino dentro da CBF. Ele foi criado em outubro de 2017 e foi extinto em janeiro de 2018, sem que houvesse justificativa<sup>127</sup>. Elas afirmaram que não foi comunicado em nenhuma reunião de que o grupo de trabalho teria prazo determinado e, apesar disso, relataram que o grupo continuará existindo para desenvolver o futebol feminino.

*“O grupo das veteranas, no entanto, continuará existindo e elas já iniciaram contatos com a FIFA. Hoje temos um contato diretamente dentro da FIFA, que é a Sisi, e continuaremos com o comitê, continuaremos pensando no desenvolvimento da*

<sup>125</sup>CONFEDERAÇÃO Brasileira de Futebol. **Confederação Brasileira de Futebol [BR]**, 2019. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

<sup>126</sup>Primeira treinadora da seleção brasileira feminina e foi dispensada tendo somente 10 meses no cargo, mesmo após apoio de 24 de 26 jogadoras pela sua permanência.

<sup>127</sup>BARLEM, Cíntia. GLOBO Esporte. **globoesporte.com**, 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/blogs/dona-do-campinho/post/2017/12/20/portaria-da-cbf-coloca-data-para-o-fim-do-comite-de-futebol-feminino.ghml>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

*modalidade, só que agora o diálogo será entre a entidade máxima e a CBF. A Sisi que é tão respeitada lá fora será a nossa representante”*<sup>128</sup>

Não adianta que a reforma venha apenas no campo formal, estatutário, por exemplo, a luta é, também, para que ocorra uma reforma de ideias nas entidades, quebrando padrões e levando a representatividade feminina para os espaços. Que elas possam decidir por elas e para elas!

O resultado do descaso das instituições responsáveis pelo futebol feminino no Brasil é, portanto, além de histórico, fruto da discriminação de gênero, seja por um padrão esperado de comportamento em campo, seja fora dele na ocupação de cargos de decisão.

---

<sup>128</sup>MOREIRA, Gabriela. Dois meses e três reuniões depois, CBF acaba com comitê para futebol feminino. **ESPN**, 2017. Disponível em: <[http://www.espn.com.br/blogs/gabrielamoreira/751354\\_dois-meses-e-tres-reunioes-depois-cbf-acaba-com-comite-para-futebol-feminino](http://www.espn.com.br/blogs/gabrielamoreira/751354_dois-meses-e-tres-reunioes-depois-cbf-acaba-com-comite-para-futebol-feminino)>. Acesso em: 08 Julho 2019.

### Capítulo 3 – Condições de trabalho e fomento à modalidade

*“Também tem a questão salarial, no Brasil que elas não têm um rendimento mensal. Muitas vezes elas são contratadas por temporada e somente nos períodos de campeonatos. Não há nunca a segurança de que elas possam viver da modalidade. Isso significa que elas quase não têm chance de jogar, o que acarreta prejuízo. Temos que avançar muito na profissionalização do futebol de mulheres”<sup>129</sup>*

Os direitos humanos são garantidos legalmente pela lei e conferem, de modo formal, que normas assegurem a dignidade humana. Tanto que o princípio da dignidade da pessoa humana expresso na CFB/88 em seu artigo 1º, III, está diretamente ligado ao direito de igualdade – aqui igualdade de gênero – e à não discriminação. Não há como conceber dignidade da pessoa humana em um tratamento discriminatório.<sup>130</sup>

Este princípio pode ser entendido como caráter civilizatório das relações e que direciona todo ordenamento jurídico em busca de igualdade, seja ela formal ou material.

Especificamente quanto a discriminação de gênero, destaca-se também perante a CFB/88 os artigos 5º, *caput* que dispõe sobre sermos iguais perante a lei e inciso I, dispondo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Também o artigo 7º em seus incisos: XX, dispondo sobre a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; XXX, proibindo a discriminação salarial; e XXXII, proibindo distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.<sup>131</sup>

Nessa linha segue a “Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher” da ONU que menciona em seu artigo 1º: *“para fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”*.<sup>132</sup>

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) também fornece instrumentos normativos quanto à igualdade de gênero, presentes nas Convenções nº 100 versa sobre a

<sup>129</sup>FERREIRA, Marcelo. O Brasil descobriu o futebol feminino. E ele é precário. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/26/o-brasil-descobriu-o-futebol-feminino-e-ele-e-precario/>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

<sup>130</sup>CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. **Planalto**, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 Julho 2019.

<sup>131</sup>CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. **Planalto**, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 Julho 2019.

<sup>132</sup>CONVENÇÃO sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. **PGE/SP**, 1979. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>>. Acesso em: 02 Julho 2019.

igualdade salarial entre homens e mulheres e a nº 111, a qual trata da discriminação em emprego e ocupações.<sup>133</sup>

Há um número convincente de normas no ordenamento jurídico com a finalidade de combater à desigualdade em razão de gênero. No entanto, as consequências danosas da divisão sexual do trabalho persistem, reproduzindo papéis estereotipados de gênero e contrariando o princípio da igualdade - tendo como difusor o princípio da igualdade de gênero.

As condições salariais e de trabalho são algumas das mais resistentes formas de discriminação de gênero no mercado de trabalho do futebol. Os salários femininos ou são baixos ou inexistentes e, na tentativa de fazer o futebol feminino ter a mesma importância que o masculino no cenário nacional, quase sempre ficam nos planos das promessas das instituições.

### ***3.1 – Mulheres no futebol – profissionais ou não profissionais?***

A estudiosa do binômio mulheres e esporte Silvana Goelner questiona “*como a gente quer que o futebol de mulheres tenha visibilidade e qualidade se elas muitas vezes não têm a chance de jogar?*”<sup>134</sup>. Muita atleta não tem condição de trabalho para desempenhar seu bom futebol, tanto em termos estruturais e com relação à contratos formais, quanto em igualdade salarial, além da falta de visibilidade.<sup>135</sup>

A luta por igualdade de gênero no futebol é fundamental. Enxergar que existe a desigualdade e que é por gênero e não por habilidade técnica, é o grande passo. A desigualdade é estruturante na nossa sociedade, de modo que o futebol é tido como uma ocupação e não profissão.<sup>136</sup>

Silvana, declara, ainda, declara que no país do futebol, o futebol feminino não pode ser considerado profissional, pois há uma grande lacuna que vem da ausência de investimentos dos clubes, federações e confederações.<sup>137</sup> *Não há nunca a segurança de que elas possam viver da modalidade. Isso significa que elas quase não têm chance de jogar, o que acarreta prejuízo. Temos que avançar muito na profissionalização do futebol de mulheres.*<sup>138</sup>

<sup>133</sup>INTERNATIONAL Labour Organization. **ILO Org**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/global/lang-en/index.htm>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

<sup>134</sup>FERREIRA, Marcelo. O Brasil descobriu o futebol feminino. E ele é precário. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/26/o-brasil-descobriu-o-futebol-feminino-e-ele-e-precario/>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

<sup>135</sup>Ibidem.

<sup>136</sup>Ibidem.

<sup>137</sup>Ibidem.

<sup>138</sup>Ibidem.

As mulheres que jogam futebol “*precisam ser profissionais e cumprir todos os deveres, inclusive, uma rotina desgastante – nas palavras de Aline ‘de segunda a segunda’ – contudo, não há reciprocidade na relação. O futebol não as considera profissionais, gerando informalidade no trabalho e todo o desgaste decorrente*”.<sup>139</sup>

Nesse sentido, é importante lembrar que enquanto ocorria a profissionalização do futebol masculino, o feminino vinha a ser proibido poucos anos depois com base em fundamentos biológicos.

No que tange ao contexto de trabalho, a profissionalização do futebol masculino ocorreu na “*primeira fase da Era Vargas, com a ideologia trabalhista em voga e uma ânsia por regulamentar o trabalho e até mesmo os direitos trabalhistas. Era coerente transformar o jogador de futebol em trabalhador*”.<sup>140</sup> Já a regulamentação do futebol feminino aconteceu em um período de “*desregulamentação do trabalho e esfacelamento das leis trabalhistas com as políticas neoliberais dos anos 1980 e um crescente aumento da informalidade nos anos 1990 no Brasil*”.<sup>141</sup> Não há registros que comprovem a ligação, mas certamente não é um bom período para se demandar direitos das mulheres, como a profissionalização da modalidade.

Toda essa trajetória elucida o contexto das condições de trabalho das mulheres no futebol. O recorte será feito com base na categoria masculina da modalidade, que tem o seu profissionalismo amparado em contratos de trabalho perante a CBF e de acordo com a Lei Geral do Esporte (Lei nº 9.615 de 1998), conhecida como lei Pelé.<sup>142</sup>

O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol é regido por particularidades que o distingue dos contratos aplicados aos trabalhadores regidos pela CLT. De uma análise jurídica, não há contratos formais ou informais, mas legais ou ilegais, ou seja, se a atleta não possui contrato de trabalho, sua relação de trabalho seria considerada ilegal. Entretanto, o artigo 3º traz a particularidade da legislação:

“Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações (...):

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

§ 1º O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

<sup>139</sup>HAAG, Fernanda. R. "O futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele": trabalho e relações sociais de sexo no futebol feminino brasileiro. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 14, p. 154, 2018. ISSN 2176-8943.

<sup>140</sup>Ibidem, p. 157.

<sup>141</sup>Ibidem.

<sup>142</sup>Ibidem, p. 149.



*I - de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio”<sup>143</sup>*

Consoante ao proposto pela legislação supracitada, a CBF traz em seu artigo 1º do seu Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol:

*“Art. 1º – Os atletas de futebol no Brasil desdobram-se em duas categorias: profissionais e não profissionais.*

*§ 1º – É considerado profissional o atleta de futebol que exerce a sua atividade desportiva em cumprimento a um contrato formal de trabalho desportivo firmado e regularmente registrado na CBF com uma entidade de prática desportiva, doravante denominada clube.*

*§ 2º – É considerado não profissional o atleta de futebol em formação que o pratica sem receber ou auferir remuneração, ou, sem tirar proveito material em montante superior aos gastos efetuados com sua atividade futebolística, com exceção do valor recebido a título de subsídio de formação avançada em um compromisso desportivo com o clube formador, sendo permitido receber incentivos materiais e patrocínios”<sup>144</sup>*

O jogador profissional, portanto, precisa atender às condições como empregado para que haja vínculo entre jogador e clube, o qual se dá além da ligação empregado-empregador formada a partir da formalização e assinatura do contrato, ao ter seu registro perante à CBF, surgindo uma relação desportiva.

Desse modo, é considerado atleta profissional aquele tem no esporte profissão, fazendo desta fonte sua subsistência.

Uma pesquisa realizada em 2017 com jogadoras de clubes da Série A do Campeonato Brasileiro Feminino detectou que três a cada quatro jogadoras recebem R\$ 1,8 mil. Sendo o maior salário pago de R\$ 5.000.<sup>145</sup>

A minoria das equipes Campeonato Brasileiro Feminino tem atletas com carteira assinada em 2019, sendo que, dos 52 times: apenas oito tem 100% das jogadoras registradas com carteira profissional – Santos, Inter, América MG, Atlético MG, Ceará, Chapecoense, Cruzeiro e Grêmio; outros oferecem faculdade, como é o caso do time paraense da ESMAC; outros apenas ajuda de custo; as jogadoras do Santa Quiméria (MA), Cruzeiro (RN) e Porto Velho (RO) conciliam a vida de atleta com o trabalho; já Flamengo, Avaí e Atlético PR, tem

<sup>143</sup>LEI Geral do Esporte "Lei Pelé". Planalto, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm)>. Acesso em: 09 Julho 2019.

<sup>144</sup>REGULAMENTO Nacional de Registro e Transferência de Atleta de Futebol. **Confederação Brasileira de Futebol**, 2019. Disponível em: <[https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201901/20190103201936\\_881.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201901/20190103201936_881.pdf)>. Acesso em: 09 Julho 2019.

<sup>145</sup>MENDONÇA, Renata. Metade das jogadoras de futebol não tem nenhum salário, nem contrato. **UOL ESPORTE**, 2018. Disponível em: <<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2018/07/19/metade-das-jogadoras-de-futebol-nao-tem-nenhum-salario-nem-contrato/>>. Acesso em: 08 Julho 2019).

parcerias e, por isso, não retiram pagamentos de salários de sua receita; ainda há clubes que contam o auxílio de projetos de Lei de Incentivo, que não permitem pagar atletas profissionais e alguns contam com bolsa-auxílio das prefeituras.<sup>146</sup>

Apesar de todas serem tentativas válidas, quase nenhuma opção acima garante estabilidade de direitos e financeira. Tal dado demonstra que a maior parte dos clubes adere à bolsa e à ajuda de custo para pagar jogadoras, seguindo a mentalidade de tratar o futebol feminino como não profissional.

Diante da discussão acerca das condições de trabalho dessas mulheres, é necessário refletir sobre as relações desse labor a partir da categoria de divisão sexual do trabalho, considerando que o futebol é visto como espaço masculino no Brasil.

A divisão sexual do trabalho é uma questão de gênero e uma das prerrogativas “*é o trabalho masculino valer mais que o feminino*”. No futebol fica notório: basta que façamos uma comparação entre salários e valores pagos em premiações pelos campeonatos.<sup>147</sup>

A inserção da mulher no mercado de trabalho na sociedade é subjugada e vista como secundária, como inferior à masculina. Essa questão é baseada nas diferenciações de papéis de gênero; dentro da família, à figura masculina cabe prover e sustentar financeiramente, enquanto à figura feminina cabe as tarefas domésticas e de cuidado.<sup>148</sup>

O trabalho, nesse âmbito, acaba sendo não considerado como atividade principal exercida por elas, mas uma ocupação secundária. A justificativa se dá na construção de um padrão de comportamento para os indivíduos do sexo feminino na sociedade capitalista, reduzido à esfera privada.<sup>149</sup>

Olhando para as relações de trabalho, a gente percebe que as desvantagens das mulheres não se estabelecem apenas em uma perspectiva de gênero, mas conectando este a raça e classe. Isso é particularmente relevante ao futebol, porque há a presença de muitas mulheres negras. Elas são socialmente a maioria das mulheres que exercem trabalho precarizado e também são elas que chefiam os lares com menor renda.<sup>150</sup>

<sup>146</sup>COSENZO, Luiz. Só minoria no Brasileiro feminino tem atleta com carteira assinada. **Folha de S.Paulo**, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/03/so-minoria-no-brasileiro-feminino-tem-atletas-com-carteira-assinada.shtml>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

<sup>147</sup>HAAG, Fernanda. R. "O futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele": trabalho e relações sociais de sexo no futebol feminino brasileiro. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 14, p. 154, 2018. ISSN 2176-8943.

<sup>148</sup>HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007, p. 28.

<sup>149</sup>Ibidem, p. 29-30.

<sup>150</sup>Chefia feminina ainda predomina em lares sem cônjuge. Geledés **Instituto da mulher negra**, 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/chefia-feminina-ainda-predomina-em-lares-sem-conjuge/>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

O elemento central para pensar as mulheres no futebol não é partir de uma análise de exclusão, como um dia já ocorreu por meio da legislação brasileira, e o que se tem hoje é um cenário em que elas entram em condições de desvantagem nesse mercado de trabalho. Tal desvantagem é reproduzida num âmbito institucional e por um cotidiano que qualificam o trabalho de homens e mulheres de maneira muito distinta em termos valorativos.

Os argumentos de secundarização, portanto, servem como artifício do patriarcado para continuar reduzindo o trabalho feminino, naturalizando a baixa remuneração, seguida da negligência à *“situação econômica das mulheres, marcadas e atingidas pelas políticas públicas de emprego, geração de renda, formação profissional, assim como pelas políticas de desenvolvimento num sentido mais amplo”*.<sup>151</sup>

### 3.2 – Ações para fomento do futebol feminino

São ações voltadas para o desenvolvimento do futebol feminino, mas nada que nos remeta ao processo de profissionalização. Nesse sentido, são apenas alternativas e imposições, e visibilidades pontuais, porém de extrema importância, geradas pelo evento da Copa do Mundo Feminina de 2019.

#### 3.2.1 Pressão das entidades

A Conmebol passou a exigir, com vigência a partir de 2019, como obrigatoriedade para o licenciamento dos clubes junto à instituição, que o time possua também uma equipe feminina, ou se associar a um que a possua.<sup>152</sup> Assim dispõe o regulamento:

*“O solicitante deverá ter uma primeira equipe feminina ou associar-se a um clube que possua o mesmo. Além do mais, deverá ter pelo menos uma categoria juvenil feminina ou associar-se a um clube que possua. Em ambos os casos, o solicitante deverá prover de suporte técnico e todo o equipamento e infraestrutura (campo de jogo para a disputa de jogos e treinos) necessária para o desenvolvimento de ambas as equipes em condições adequadas. Finalmente, se exige que ambos os*

<sup>151</sup>HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007, p. 35.

<sup>152</sup>BARLEM, Cíntia. O GLOBO. **Globo Esportes**, 2018. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/blogs/dona-do-campinho/post/2018/08/15/conmebol-diz-que-regra-de-times-femininos-sera-cumprida-clubes-buscam-regularizacao-junto-a-cbf.ghml>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

*times participem de competições nacionais e regionais autorizadas pela respectiva associação membro*”<sup>153</sup>

Com a determinação supracitada, a Conmebol passou a exigir não somente a existência de um clube feminino para cada correspondente masculino que quisesse disputar seus torneios, como prevê expressamente a promoção de suporte técnico e infraestrutura em situação adequada sem, contudo, especificar tais adequações.

Evidencia-se a preocupação da instituição não somente na existência das equipes femininas como no fornecimento de condições para seu desenvolvimento e efetiva participação em competições.

Decorrente da determinação da Conmebol, o Licenciamento de Clubes da CBF, em igual movimento, passou a exigir de todos os 20 participantes da série A do Campeonato Brasileiro a manutenção de um time de futebol feminino - adulto e de base, sujeitando o time que descumprir a determinação a ficar de fora da competição.<sup>154</sup>

Em abrangência global, o presidente da FIFA já demonstrou movimentação para a aprovação na instituição de cinco propostas para o futebol feminino, com destaque para a dobra das premiações na Copa do Mundo de 2023 e a dobra no investimento no desenvolvimento do esporte para 1 bilhão de dólares. As medidas ainda estão pendentes de aprovação pelo conselho da entidade, mas demonstram já haver uma mudança no posicionamento da FIFA quanto ao fomento e difusão do futebol feminino.<sup>155</sup>

A maioria das ações que tivemos até aqui pela CBF foi muito mais por pressão da CONMEBOL e FIFA do que por iniciativa própria, como a obrigatoriedade dos clubes masculinos investirem no feminino.

### **3.2.2 A copa do mundo de 2019 e a mídia**

A visibilidade gera interesse comercial. Pela primeira vez a maior emissora do país, a Globo, transmitiu os jogos da seleção brasileira feminina em uma copa do mundo.<sup>156</sup> Os

<sup>153</sup>Ibidem.

<sup>154</sup>ALVES, Camila. O GLOBO. **Globo Esportes**, 2019. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/montar-time-feminino-e-exigencia-para-equipes-da-serie-a-2019-veja-situacao-dos-clubes.ghml>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

<sup>155</sup>KESTLEMAN, Amanda. O GLOBO. **Globo Esportes**, 2019. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo-feminina/noticia/fifa-apresenta-cinco-propostas-para-o-futebol-feminino-inclusive-32-selecoes-na-copa-de-2023.ghml>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

<sup>156</sup>PELA 1ª vez, Rede Globo vai transmitir a Copa do Mundo Feminina de Futebol. **GloboPlay**, 2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7662030/>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

questionamentos sobre preconceitos também atingiram a mídia, que passou a olhar a categoria como uma marca rentável de audiência.

De modo que as marcas e empresas de mídia realizaram inúmeras propagandas bastantes representativas que podem trazer uma nova realidade para o futebol feminino, atraindo, inclusive, patrocinadores.

A Nike criou modelos de uniformes exclusivos para a seleção feminina brasileira com o Slogan “Mulheres Guerreiras do Brasil”, fazendo referência à época de proibição da modalidade.<sup>157</sup>

O Guaraná Antártica produziu inúmeros vídeos convidando outras marcas a apoiarem o futebol feminino no Brasil com o slogan “Seleção Feminina é “#CoisaNossa”, quando percebeu não tinha realizado nenhum comercial com as jogadoras.<sup>158</sup>

Cumprindo seu papel de dar maior visibilidade ao futebol feminino, a Copa do Mundo atraiu patrocinadores e ações em prol do prestígio às atletas brasileiras. Apesar dos avanços, a copa feminina é comercializada como um subproduto da masculina, menciona a Vice-Secretária da FIFA, que pede para que olhos dos investimentos se voltem para a modalidade.

### 3.2.3 Bolsa Atleta

Criado em 2005 na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o bolsa atleta é um programa que visa patrocinar individualmente atletas e que, na Copa feminina, financiou 16 de 23 jogadoras.<sup>159</sup>

*“Segundo dados da Secretaria Especial do Esporte, do Ministério da Cidadania, obtidos pela reportagem do Terra, o programa já distribuiu mais de R\$ 1,1 bilhão e tem hoje 6200 beneficiários/as. Recentemente foi ampliado, durante a gestão de Jair Bolsonaro, com mais 3142 favorecidos”*<sup>160</sup>

Diante de um cenário onde há jogadoras que não recebem remuneração ou são remunerações muito aquém do mercado de trabalho do futebol, a bolsa atleta se apresenta como

<sup>157</sup>CASSI, Yuri. Seleção brasileira feminina terá uniforme exclusivo pela primeira vez na história da copa 2019. **Trivela**, 2019. Disponível em: < <https://trivela.com.br/selecao-brasileira-feminina-tera-uniforme-exclusivo-pela-primeira-vez-na-historia-na-copa-2019/>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

<sup>158</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCKSG82kxJJ0vKcVIvxgNFXg>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

<sup>159</sup>Bolsa Atleta financia 17 das 23 jogadoras da seleção feminina na copa. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/10/bolsa-atleta-financia-17-das-23-jogadoras-da-selecao-feminina-na-copa/>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

<sup>160</sup>Ibidem.

soma da renda e, na maioria das vezes, como opção de manutenção dessa atleta no esporte, representa uma ajuda de custo pela prestação daquele serviço.

## Considerações Finais

A história do futebol é reflexo da própria história do país e, portanto, tendo o futebol se constituído um elemento que consegue explicar fenômenos que envolvem a realidade brasileira, no panorama apresentado, diz respeito à desigualdade de gênero interligada a raça e classe. A modalidade ficou conhecida como espaço público designado para homens, marcando em sua história duas proibições que visaram excluir deste espaço o universo feminino.

As marcas dos 42 anos de proibição, tanto nos fundamentos de “natureza feminina” quanto na quantidade de tempo, são sentidas ainda hoje em todos os âmbitos do esporte.

Das atletas são esperados comportamentos definidos como femininos na construção de um conceito de mulher e de feminilidade hegemônica, mas que encontra obstáculo num cenário de diversidade que impossibilita caracterizar a “mulher” como universal. Esbarram na construção histórica e social do gênero de sujeitos multifacetados e complexos. Não há um jeito de ser feminino e nem um jeito de ser masculino - é um contínuo caminho de “tornar-se”.

A discriminação no futebol é um processo sociocultural que envolve fatores estruturais, ideológicos e também financeiros. Ela se associa a uma estrutura de poder vigente dentro das federação, confederações e clubes, mas que também está na sociedade.

Tal preceito significa a manutenção do *status quo* e sua desigualdade de gênero que, sistematicamente, afeta o modo como o futebol é visto socialmente. Ou melhor, não é visto. Tanto que constantemente as atletas usam de visibilidades pontuais para pedir por mais visibilidade, fazendo chamamento à patrocinadores, mídias, CBF, governo e a população.

O governo é chamado para promover o futebol em todas as instâncias, em especial, fomentar uma política de conscientização de que o futebol é, também, feminino, principalmente nas escolas, que é a base educacional.

Os principais cargos de deliberação acerca do futebol feminino são ocupados por homens. O futebol feminino segue sendo dirigido e organizado por eles. Recentemente vimos a seleção feminina brasileira na Copa do Mundo perder o *status* de seleção a ser combatida – que é quando uma seleção é temida pela qualidade técnica e coletiva. Existe apenas uma mulher na comissão técnica de Vadão, atual técnico da equipe.

A baixa representatividade feminina também está presente na CBF, instituição responsável por fomentar o futebol no Brasil, na qual não há nenhuma mulher na sua diretoria. Para os homens que comandam o futebol das mulheres, independentes das falhas, o pacto

narcísico<sup>161</sup> e de cavalheiros os mantem nos cargos, diferente do que aconteceu com a técnica Emily em 2017, mesmo tendo números melhores do que o atual técnico. A CBF demonstrou seu apoio incondicional à Vadão, mas não ouviu o pedido das jogadoras para que a única mulher que passou no comando da seleção permanecesse.

Por todo o histórico exposto, o futebol feminino acabou se desenvolvendo de maneira tardia e precária no país e até hoje não é considerado profissional. O sonho das atletas é que a profissionalização da modalidade aconteça e o asseguramento de seus direitos, o que fará com que as jogadoras possam viver do futebol.

O futuro é incerto.

Entretanto, penso que olhar o futebol feminino pela ótica apenas da profissionalização é desconsiderar a discriminação de gênero aparente. Profissionalizar é um dos caminhos, sem dúvida, mas enquanto tivermos instituições poucos representativas e pautadas na lógica da divisão sexual do trabalho – que desvaloriza o labor feminino e o secundariza – parece que profissionalizar será uma mera formalidade, pois o status e condições de trabalho e salariais se manteriam desigual se comparada ao tratamento dados aos homens.

No que tange a esta questão, não se trata de o futebol feminino querer ser igual ao masculino. A lógica é, inclusive, que deixe quem entende das especificidades da modalidade construir o futebol feminino, que deixe as próprias mulheres construírem o seu espaço de futebol. Não é sobre salários astronômicos, é sobre visibilidade, representatividade e ter o futebol como subsistência. É sobre valorização da categoria e a materialização do direito à igualdade e à não discriminação de gênero!

---

<sup>161</sup>“(…) um pacto entre brancos, aqui chamado de pacto narcísico, que implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais”. BENTO, Maria Aparecida Santos. **Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.



## Referências Bibliográficas

BENTO, M. A. S. **Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

BORDIM, M. 1ª Edição - Os desafios do Futebol Feminino. **Youtube - Secretaria Especial do Esporte**, 2019. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=7419&v=xcjA9ISKkRk](https://www.youtube.com/watch?time_continue=7419&v=xcjA9ISKkRk)>. Acesso em: 08 Julho 2019.

BRASIL de Fato. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/>>. Acesso em: Julho 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 3ª Edição. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 15-49 p.

CALIXTO, V. Lex Sportiva e Direitos Humanos: entrelaçamentos transconstitucionais e aprendizados recíprocos. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, v. 1, 2017. Cap. 2, p. 119-160.

CONFEDERAÇÃO Brasileira de Futebol. **Confederação Brasileira de Futebol [BR]**, 2019. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. **Planalto**, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 Julho 2019.

CONVENÇÃO sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. **PGE/SP**, 1979. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>>. Acesso em: 02 Julho 2019.

COSENZO, L. Só minoria no Brasileiro feminino tem atleta com carteira assinada. **Folha de S.Paulo**, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/03/so-minoria-no-brasileiro-feminino-tem-atletas-com-carteira-assinada.shtml>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

COSTA, G. Representatividade. **Universidade do Futebol**, 2016. Disponível em: <<https://universidadedofutebol.com.br/representatividade/>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

ESPN. **ESPN**, 2019. Disponível em: <<https://www.espn.com.br/>>. Acesso em: 2019.

FARIAS, J. A (falta) de Representatividade negra: usos, sentidos e efeitos na sociedade brasileira. **Medium**, 2018. Disponível em: <<https://medium.com/@fariasjordao/a-falta-de-representatividade-negra-usos-sentidos-e-efeitos-na-sociedade-brasileira-16f89770927b>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

FRANZINI, F. Futebol é "coisa para macho"? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, Julho/Dezembro 2005. ISSN 1806-9347.

GELEDÉS Instituto da mulher negra. **Geledés Instituto da mulher negra**, 1988. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-gelede/#>>. Acesso em: 2019.

GLOBO Esporte. **globoesporte.com**, 2019. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/>>. Acesso em: 2019.

GOELLNER, S. V. Mulher e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidade. **Revista brasileira de educação física e esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, abril/junho 2005.

GOELLNER, S. V. Gênero e esporte na historiografia: balanços e potencialidades. **Revista Tempo**, v. 19, n. 34, p. 45-52, Junho 2013.

GOELNNER, S. V. **Na “Pátria das Chuteiras” as mulheres não têm vez**. UFRGS. [S.l.], p. 1-6.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. v.18, n. 1, p. 65-82, Janeiro-Abril 2018. ISSN 1519-6089.

GROHMANN, R.; MARTINO, L. M. S. Nomes da pesquisa em comunicação, 2017. Disponível em: <<http://nomespesquisacomunicacao.com.br/verbetes/judith-butler/>>. Acesso em: 2019.

GUTERMAN, M. O futebol explica o Brasil - Uma história de maior expressão popular do país. In: \_\_\_\_\_ **O sotaque britânico na economia e no futebol; A modernidade assusta: chega o profissionalismo**. São Paulo: Contexto, v. 1, 2009. p. 12-41, 57-71.

HAAG, F. R. "O futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele": trabalho e relações sociais de sexo no futebol feminino brasileiro. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 14, p. 141-160, 2018. ISSN 2176-8943.

HEMERLY, G. Representação social e representatividade. **Ciência e Cultura - Agência de Notícias em C&T**, 2018. Disponível em: <<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/entre-a-representacao-social-e-a-representatividade/>>. Acesso em: 05 Julho 2019.

HIRATA, H.; SEGNINI, L. R. P. **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

INTERNATIONAL Labour Organization. **ILO Org**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

LEI Geral do Esporte "Lei Pelé". **Planalto**, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm)>. Acesso em: 09 Julho 2019.

MENDONÇA, R. **UOL ESPORTE - Dibradoras**, 2018. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/>>. Acesso em: 2019.

MEYER, D. E. E. A Politização Contemporânea da Maternidade: construindo um argumento.. **Revista Gênero - UFF**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104, Setembro 2005.

MOSCA, H. M. B. **Fatores Institucionais e Organizacionais que Afetam a Profissionalização da Gestão do Departamento de Clubes**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 53 - 72. 2006.

NAÍSA, L.; ARAÚJO, P. VICE. **VICE SPORTS**, 2016. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br](https://www.vice.com/pt_br)>. Acesso em: 2019.

O GLOBO. **Globo Esportes**, 2009. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/>>. Acesso em: Julho 2019.

OBSERVATÓRIO da discriminação raical no futebol. **Site Observatório da discriminação racial no futebol**, 2019. Disponível em: <<https://observatorioracialfutebol.com.br/>>. Acesso em: 2019.

ONU MULHERES BRASIL. **ONU**, 2019. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/fifa-e-onu-mulheres-assinam-compromisso-para-a-promocao-da-igualdade-de-genero-no-esporte/>>. Acesso em: 10 Junho 2019.

PELA 1ª vez, Rede Globo vai transmitir a Copa do Mundo Feminina de Futebol. **GloboPlay**, 2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7662030/>>. Acesso em: 09 Julho 2019.

PIRES, B. EL PAÍS. **EL PAÍS**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/>>. Acesso em: 2019.

PRONI, M.; LUCENA, R. ESPORTE história e sociedade. In: VAZ, A. F. **DaMatta: o futebol como drama e mitologia**. São Paulo: Autores Associados, 2002. p. 139-164.

REGULAMENTO Nacional de Registro e Transferência de Atleta de Futebol. **Confederação Brasileira de Futebol**, 2019. Disponível em: <[https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201901/20190103201936\\_881.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201901/20190103201936_881.pdf)>. Acesso em: 09 Julho 2019.

RIBEIRO, D. Quem tem medo do feminismo negro? 1ª. ed. São Paulo: Companhia das letras, v. 01, 2018. Cap. I, II.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. 44-47 e 95-132 p.

SANTOS, N.; CAPRARO, A. M.; LISE, R. S. Racismo e a derrota que não foi esquecida: uma análise dos discursos de Mário Filho e da imprensa escrita acerca da final da Copa do Mundo de 1950. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 04, p. 191-208, Outubro/Dezembro 2010.

SANTOS, R. P. D. Memória Social do Esporte. In: \_\_\_\_\_ **Uma breve história social do Esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ, v. 1, 2006. p. 33-54.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**., Porto Alegre, v. Vol. 20, nº 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEBBA, J. Copa do Mundo de Futebol Feminino: a trajetória de pobreza, preconceito e descrença antes de Formiga e Marta. **BBC New Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48559619>>. Acesso em: 17 Junho 2019.

SECRETARIA Especial do Esporte. **Esporte Governo Federal**, 2019. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

SILVA, C. L. B. D. Memória Social do Esporte. In: \_\_\_\_\_ **Sobre o Negro no Futebol Brasileiro, de Mário Filho**. Rio de Janeiro: FAPERJ, v. 1, 2006. p. 287 - 312.

SILVA, F. C. T. D. Memória Social dos Esportes. In: \_\_\_\_\_ **Futebol: uma paixão coletiva**. Rio de Janeiro: FAPERJ, v. 1, 2006. p. 15-32.

SILVA, G. C. E. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 1-130. 2015.

SOUZA, D. A. D. O Brasil entra em campo: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). In: \_\_\_\_\_ **Mário Filho e o Negro no Foot-ball**. São Paulo: Annablume, 2008. Cap. 8, p. 171-187.

SOUZA, M. A. D. **Gênero e Raça: A Nação Construída pelo futebol brasileiro**. Universidade de Brasília. Brasília, p. 109-152. 1996.

SPORT Ilustrado (RJ) - 1920 a 1956. **Biblioteca Nacional Digital Brasil**, 2019. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sport-illustrado/182664>>. Acesso em: Julho 2019.

TEIXEIRA, F. L. S.; CAMINHA, I. D. O. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 01, p. 265-287, Janeiro/Março 2013.

TELLES, G. P. **País do Futebol. Feminino? A (in)visibilidade das mulheres nas quatro linhas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 1-65. 2017.

TRIVELA. **Trivela**, 2019. Disponível em: <<https://trivela.com.br/>>. Acesso em: 08 Julho 2019.

## Anexos

*Anexo A - Capa da manchete do El País de 23/06/2019 em São Paulo*

*“O corpo torna-se instrumento de resistência, já que através do cultivo da aparência e atitudes que fogem do padrão considerado aceitável socialmente, coloca-se a autoafirmação como forma de protesto”<sup>162</sup>*

<sup>162</sup>HEMERLY, G. Representação social e representatividade. **Ciência e Cultura - Agência de Notícias em C&T**, 2018. Disponível em: <<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/entre-a-representacao-social-e-a-representatividade/>>. Acesso em: 05 Julho 2019